

EDMILSON BERNARDINO SOUZA

DISTRIBUICAO DE RENDA E POBREZA ABSOLUTA  
NAS REGIOES METROPOLITANAS DE SALVADOR,  
RECIFE E FORTALEZA NOS ANOS OITENTA

Salvador - 1993

EDMILSON BERNARDINO SOUZA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA ABSOLUTA  
NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SALVADOR,  
RECIFE e FORTALEZA NOS ANOS OITENTA

Monografia apresentada à Faculdade de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal  
da Bahia para obtenção do grau de Bacharel  
em Ciências Econômicas.

Prof. Orientador: Jose Roberto Mendonça

Salvador - 1993

"registro aqui o meu referendo às mudanças que introduziram a **monografia** de graduação no currículo de C.Econômicas, esse exercício é fundamental para a melhoria do nosso ensino, tão carente de qualidade".

"só se aprende a fazer, fazendo. o caminho do conhecimento é a forma mais autêntica de crescimento".

O autor.

## SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPITULO I - A CONTROVERSIA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NOS ANOS 70.....	07
1. Langoni e a Teoria do Capital Humano.....	08
2. A Visão Alternativa: as politicas de ajustamento econômico.....	11
3. Uma critica à variavel educação.....	14
CAPITULO II - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E FOBREZA ABSOLUTA NAS R.M. DE SALVADOR, RECIFE E FORTALEZA: analise dos dados estatisticos.....	17
1. A Politica Salarial nos Anos 80.....	21
2. Algumas especificidades das R.M. de Salvador, Recife e Fortaleza.....	31
3. <del>Avaliação</del> dos dados estatisticos.....	39
3.1. Metodologia.....	40
3.2. Analise dos resultados da pesquisa.....	42
CONCLUSÃO.....	47
ANEXOS.....	49
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	66

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende investigar a distribuição da renda pessoal e o nível de pobreza absoluta nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza nos anos 80 a partir das Políticas de Estabilização Econômica praticadas na última década, especialmente a Política Salarial, e dos rebatimentos da Crise da Economia Brasileira sobre as Economias dessas RMs, levando-se em conta suas especificidades.

A problemática distributiva no Brasil tem sido cercada por uma controversia teórica que desenvolveu-se em duas correntes de pensamento distintas e que evidenciou-se durante os anos 70, tendo de um lado **LANGONI** que, apoiando-se na Teoria do Capital Humano, atribui a piora na distribuição da renda constatada pelos Censos de 1960 e 1970 ao rápido crescimento econômico do período que, baseando-se em tecnologias intensivas em capital, depara-se com a inelasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada no curto prazo face à expansão da demanda por esse tipo de mão-de-obra, o que levou o mercado a privilegiar os trabalhadores com maiores níveis de escolaridade. Nesse sentido a explicação de Langoni dá especial destaque à educação formal como variável explicativa do fenômeno ocorrido entre os anos 60 e 70. Por outro lado temos **BACHA, FISHLOW, SINGER** e outros que apresentam uma teoria alternativa baseada nas Políticas de Estabilização Econômica, sobretudo na Política Salarial praticada no período pós 64, que reduz significativamente o valor real dos salários dos trabalhadores de baixa renda, ao impor reajustes inferiores à inflação preterita e ao reprimir os movimentos sindicais.

Na análise da distribuição da renda pessoal nas RMs do Nordeste nos anos 80 tomamos como ponto de partida as Políticas Salariais praticadas no período face à conjuntura inflacionária que domina a Economia durante a década, por demais nociva aos assalariados, e os rebatimentos das Crises da Economia Brasileira sobre as Economias locais, especialmente seus efeitos sobre os respectivos mercados de trabalho, destacando-se o aumento dos níveis de subemprego e de terciarização dessas economias.

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos, uma parte conclusiva e anexos que consubstanciam o capítulo II. No capítulo I apresentamos uma síntese da controversia sobre distribuição de renda que ocorrera na década de 70 após a constatação do aumento das desigualdades evidenciadas pelos resultados do Censo de 1970, comparativamente com os dados do Censo de 1960, apesar do intenso crescimento do PIB **per capita** real no período 1960/70. A síntese apresentada consiste basicamente de duas correntes teóricas: de um lado **LANGONI**, com sua explicação apoiada na Teoria do Capital Humano, dá especial ênfase à variável educação como explicativa do fenômeno verificado; de outro lado temos uma visão alternativa defendida por **BACHA, SINGER, FISHLOW** e outros, que privilegia as políticas de ajustamento econômico, sobretudo a política salarial praticada após 1964, que imprimira um intenso arrocho salarial sobre os trabalhadores de rendas mais baixas. O capítulo II constitui o corpo principal da pesquisa, onde tratamos da distribuição da renda nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza

no anos 80, apresentando um resumo das políticas salariais praticadas no período 1981 a 1990 e analisando os dados das PNAD's sobre renda para as referidas R. Ms., levando-se em conta as especificidades de suas economias e respectivos mercados de trabalho . Na parte conclusiva destacamos um aumento da pobreza absoluta e conseqüente piora nas condições de vida das populações dessas RMs nos anos 80 e, embora as razões de concentração de **Gini** calculadas neste trabalho apontem para uma redução da concentração da renda pessoal, esta está associada ao empobrecimento relativo dos trabalhadores de classe média e flutua de acordo com as diversas fases por que passou a Economia Brasileira na última década.

## CAPITULO I

A CONTROVERSIA SOBRE DISTRIBUIÇÃO  
DE RENDA NO BRASIL NOS ANOS 70

## 1 - Langoni e a Teoria do Capital Humano

Com a publicação do Censo Demográfico de 1970, evidenciou-se uma piora na distribuição de renda entre 1960 e 1970, com o índice de concentração de Gini passando de 0,50 em 1960 para 0,57 em 70, apesar do intenso crescimento econômico experimentado pela economia brasileira na década - uma expansão do produto real per capita de 37%.

As análises sobre a distribuição da renda, na tentativa de explicar o aumento dessa concentração, convergiram para duas correntes teórica distintas. De um lado LANGONI(1), apoiado na Teoria do Capital Humano, procura mostrar que a piora na distribuição da renda no período foi conseqüências do forte ritmo de crescimento econômico ocorrido nos anos finais da década. De outro lado temos as análises que se contrapõem à Teoria do Capital Humano e que dão ênfase não ao crescimento econômico, mas aos efeitos provocados pela Política Econômica do período, principalmente do período de estabilização vivido entre 1964 e 1967, especialmente a Política Salarial. E ainda destacam o próprio modelo brasileiro de industrialização como condicionante da descontinuidade na distribuição pessoal da renda verificada no período.

Langoni tenta explicar que o aumento da desigualdade na distribuição da renda entre 1960 e 1970 esteve associado à rápida expansão da economia e que se deu mediante as mudanças na composição da força de trabalho, relativamente aos atributos **sexo, idade e educação**, bem como sua alocação regional e setorial, que por si só teriam levado a um aumento da desigualdade. Outro fator importante na análise de Langoni é que a demanda acelerada por mão-de-obra qualificada, provocada pelo intenso crescimento econômico, diante da oferta relativamente inelástica a curto prazo, teria provocado desequilíbrios no mercado de trabalho, aumentando os diferenciais de renda entre grupos de trabalhadores, beneficiando aqueles de educação mais elevada. Os atributos sexo e idade entram na análise a partir de alterações verificadas na composição da PEA com rendimentos. No que se refere ao acréscimo da participação do trabalho feminino, em 1960 a PEA com rendimentos apresentava a seguinte composição: 83,22% de homens e 16,78% de mulheres; em 1970 estes valores se alteram para 79,52% de homens e 20,48% de mulheres, com o aumento da participação do trabalho feminino de 22,05% no período. E quanto a entrada de mão-de-obra jovem (de 10 a 24 anos) na PEA com rendimentos, cuja composição em 1960 era a seguinte: 27,34% constituía-se de pessoas de 10 a 24 anos e 72,66% de pessoas de 25 a 70 anos, em 1970 esses valores se alteram para 30,06% e 69,94%, respectivamente, representando uma maior participação de trabalhadores jovens(2).

---

1. LANGONI, C.- Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil, passim.

2. dados extraídos de RAMOS, Lauro R.A. & ALMEIDA REIS, José G. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil, in: CAMARGO, J.M. & GIAMBIAGI, Fábio.- Distribuição de renda no Brasil, p. 21/45.



As alterações na composição da PEA com relação ao atributo sexo tiveram como principal efeito o maior peso das rendas relativamente mais baixas, isto devido ao fato do nível de remuneração do trabalho feminino ser inferior ao nível de remuneração do trabalho masculino. No entanto, como a correlação entre nível de renda e concentração de renda é relativamente fraca, o aumento da participação relativa das mulheres na PEA tem pouco efeito sobre o grau de desigualdade dentro do grupo, mas é significativo no grau de concentração da renda global.

Já alterações na PEA com relação ao atributo idade mostram uma correlação positiva entre nível de renda e índice de concentração no grupo etário. Como os grupos mais jovens (10 a 24 anos) apresentam renda média menor que os grupos de idade superior, o efeito da maior frequência das rendas baixas dos trabalhadores jovens é compensado pelo maior peso dos grupos com desigualdade interna relativamente maior. No entanto variações nas rendas médias favorecem o aumento da desigualdade global - e os grupos etários de rendas médias maiores em 1960 tiveram aumentos em suas rendas médias proporcionalmente maiores em 1970(3). Langoni dá especial atenção ao atributo educação como responsável pelo aumento da desigualdade verificada no período. Em sua análise assegura que o processo de industrialização brasileira teve como característica a "intensividade de mão-de-obra qualificada"(4), o que ocasionou uma maior demanda por esse tipo de mão-de-obra, cuja oferta era inelástica no curto prazo, provocando assim um desequilíbrio no mercado de trabalho, acarretando maior remuneração da mão-de-obra com maior grau de instrução. A composição da PEA com relação à educação apresenta a seguinte estrutura: em 1960 39,05% da PEA era composta por analfabetos, 51,71% com primário, 5,16% com o ginásial, 2,67% com o colegial e 1,40% com o nível superior; em 1970 os analfabetos correspondiam a 29,75%, 54,47% com o primário, 8,03% com o ginásial, 5,24% com o colegial e 2,51% com nível superior. Analisando-se a evolução da renda média mensal por nível de escolaridade temos que para os analfabetos esta manteve-se praticamente constante no período; para o nível primário cresceu 13,47%, para o ginásial o aumento foi de 9,54%, para o colegial cresceu 28,36% e para o nível superior o aumento foi de 51,91%(5) "O aumento das rendas médias, independente das modificações na composição qualitativa também contribuiu para uma piora na distribuição"(6).

Quanto à alocação regional e setorial da força de trabalho, estas refletem as imperfeições do mercado e impedem a total eliminação dos diferenciais de produtividade entre fatores de qualificação devido a existência de custos na transferência de

---

3. LANGONI, C. G., op. cit., p. 87.

4. isso não significa dizer que o processo de industrialização brasileira tenha sido exclusivamente intensivo em mão-de-obra, mas sim que a mão-de-obra demandada foi predominantemente qualificada.

5. LANGONI, C.G., op. cit., p. 86, tab. 4.2.

6. Ibid., p. 91.

fatores de produção (trabalho) entre regiões ou setores, o que torna inviável o ajustamento imediato do mercado de trabalho.

Para Langoni essas mudanças na composição do emprego é que levaram a um aumento da concentração da renda pessoal e são típicas das fases iniciais do desenvolvimento econômico dos países capitalistas e têm um caráter transitório(7), o que significa dizer que nas fases posteriores essa tendência se reverterá. A Teoria do Capital Humano é incorporada à explicação teórica de Langoni a partir da relevância dada à variável educação, mensurada em número de anos de educação formal que, em seu modelo econométrico, apresenta uma contribuição marginal para a desigualdade da renda observada em 1970 da ordem de 15,43%, ao passo que os demais atributos como: idade, sexo, atividade (estrutura setorial do emprego) e região apresentam, respectivamente, 7,74%, 4,99%, 4,01% e 4,86% sendo que sua contribuição total alcança 41,01%, seguida pela variável idade com 20,57%, valores estes obtidos através de uma análise de variância a partir de regressão log-linear onde todos as variáveis independentes são "dummies"(8). A essência do papel da educação na ótica da teoria do capital humano consiste no comportamento racional dos indivíduos que, com base em suas preferências pessoais e nos retornos esperados associados aos diferentes níveis educacionais, decidem a quantidade de educação a ser obtida de modo a maximizar o valor presente do seu bem estar ao longo do seu ciclo de vida. Desse modo, em uma sociedade na qual estejam presentes o perfeito acesso à informação e à educação, as desigualdades de renda porventura detectadas refletirão apenas as diferenças entre as preferências individuais e os respectivos estágios de ciclos de vida. Logo, numa sociedade assim idealizada não haveria necessidade de políticas redistributivas, isto é, num contexto mais realista, admitindo-se imperfeições no acesso à informação e à educação, para resolver o problema distributivo da renda pessoal bastaria que se atuasse sobre a distribuição desses atributos, tornando-os igualmente acessíveis a todas as pessoas.

Os investimentos em educação que as pessoas fazem ao longo de suas vidas são vistos pela teoria do capital humano como inversões que terão seus retornos através dos ganhos reais de salário conseguidos pelo aumento da produtividade que esse trabalho mais qualificado possibilitará ao longo do ciclo de vida, quando posto em movimento na esfera produtiva. A adição de mais um ano de estudo na vida do indivíduo significa uma transformação qualitativa de sua força de trabalho e por isso este fator (esta mercadoria de melhor qualidade) será melhor remunerada no mercado. Segundo Langoni, isso se ajusta à fase de desenvolvimento brasileiro tendo em vista que esta caracterizou-

---

7. Na verdade Langoni incorpora aqui a teoria da distribuição elaborada por Simon Kuznets na obra intitulada Teoria do Crescimento Econômico Moderno, Zahar, para explicar a desigualdade na distribuição da renda nas fases iniciais do desenvolvimento das economias "Capitalistas Modernas".

8. LANGONI, C.G., op. cit., p. 112, tab. 5.2.

se pela expansão diferenciada da demanda por mão-de-obra qualificada exigida pela tecnologia intensiva em capital utilizada, o que favoreceu desproporcionalmente os níveis de educação mais elevados.

Na Teoria do Capital Humano a distribuição da renda pode ser explicada pelas forças do mercado de fatores. São as condições de oferta e demanda de um conjunto de características pessoais, sejam elas frutos de aptidões natas e específicas ou de decisões de investimentos pessoais visando retornos futuros, que determinarão o preço desses fatores. Incorporam-se a essa teoria a suposição de que quanto mais anos de estudo possui o trabalhador, mais qualificado seu trabalho será e conseqüentemente mais produtivo, conseguindo assim um melhor preço pela sua força de trabalho. Isso lhe dará uma vantagem em relação aos trabalhadores menos qualificados, traduzida em melhor participação relativa na renda total. É nesse prisma que a teoria do capital humano dá consistência teórica à variável educação como explicativa relevante da concentração de renda verificada nas fases do desenvolvimento econômico onde estão presentes tecnologias intensivas em capital e uma expansão da demanda por mão-de-obra mais qualificada face a relativa inelastecidade da oferta no curto prazo.

Procuramos apresentar aqui as linhas básicas da Teoria do Capital Humano por ser esta a fundamentação teórica que norteia a explicação de Langoni para a piora na distribuição da renda pessoal verificada no Brasil entre 1960 e 1970. No entanto não tivemos a pretensão de exaurir o seu conteúdo mas tão somente buscamos analisar os aspectos relevantes que fundamentam a explicação de Langoni para a questão.

## 2. A visão alternativa: as políticas de ajustamento econômico

As explicações alternativas para a piora na distribuição da renda ocorrida no período 1960/70 dão ênfase às políticas econômicas adotadas no período, mormente no período de estabilização 1964/67, e não ao acelerado crescimento econômico. Esta corrente teórica é defendida por **BACHA, SINGER, FISHLOW, BONELLI, SEDLACEK e outros**. Segundo estes autores, com a instalação do Governo Militar em 1964, este incluiu no combate à inflação uma série de medidas claramente desfavoráveis à manutenção do poder de compra dos trabalhadores, resultando em perdas consideráveis para estes. Segundo **Bacha(9)** "A política salarial de 1964/67, com reajustes inferiores à inflação e de 1967 em diante próximas à inflação, porém com maior controle sobre os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, contribuiu sensivelmente para a piora na distribuição da renda evidenciada pelos Censos de 1960/70. O arrocho salarial, como

---

9. BACHA, Edmar., Política econômica e distribuição de renda, passim.

política de combate à inflação, transfere rendas dos assalariados para os não-assalariados. Do lado da oferta isso pode ser explicado pela redução dos custos unitários variáveis, o que leva o produtor a reduzir os preços e a aumentar a produção. Do lado da demanda, a propensão a consumir dos não-assalariados é menor, em consequência a demanda se reduz, levando a uma contenção dos preços. O processo de ajuste se faz as custas da classe assalariada, através da redução dos seus gastos. Esse tem sido o raciocínio dos economistas de plantão, que pecam em achar que tudo se reduz a lei da oferta e procura e que o mercado leva ao equilíbrio. Mas o mercado real é bem diferente do mercado atomizado por eles idealizado. É concentrado, cheio de incertezas e com as quantidades e não os preços reajustados no curto prazo às variáveis da procura".

**Singer(10)** corrobora com a tese de que o arrocho salarial contribuiu para a piora na distribuição da renda no período apoiando-se em constatações empíricas de **Pinto(11)**. No período 1966/77 o salário real dos empregados administrativos da indústria subiu 53% enquanto o dos operários subiu apenas 15%. Singer ainda faz referência à política fiscal contribuindo esta para o aumento da concentração, à medida que isentou de imposto as rendas líquidas de propriedades. Outro fato mencionado pelo autor é a liberdade dos aluguéis e as altas taxas de juros. Há outros autores que apontam as dotações iniciais de riqueza como contribuintes da concentração de renda(12), bem como a própria dinâmica do processo de industrialização brasileira, apoiado em tecnologias intensivas em capital e tendo como motor propulsor a produção de bens de consumo duráveis, cuja realização requer uma descontinuidade na distribuição pessoal da renda, possibilitando o surgimento de um estrato social com renda média superior à média nacional, como forma de "antecipar" a demanda por esses bens. A concentração da renda pessoal em favor dessa camada social passa a ser pré-requisito para o funcionamento do setor industrial dinâmico instalado no Brasil. Essa tese é defendida por **Maria da Conceição Tavares(13)** e traz em sua essência a explicação de que a concentração da renda verificada no período passa a ser uma necessidade do próprio modelo de industrialização brasileira que, apoiado na produção de bens de consumo duráveis, necessita de uma classe média com renda suficiente para consumir esses bens. Sua tese não contraria a explicação que atribui às políticas de estabilização econômica do período 1964/67, em especial à política salarial, a responsabilidade pela piora na

-----

10. SINGER, Paul., Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil, passim, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (org.), A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.

11. PINTO, Luis C. G., Contribuição ao estudo da distribuição de renda no Brasil, tese de doutorado, ESALQ, São Paulo, 1972.

12. FISHLOW, A., A distribuição de renda no Brasil, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (org.), op. cit.

13. CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da., Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização - um ensaio preliminar, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (org.), op. cit.

distribuição da renda pessoal entre 1960/70, pois coloca apenas que a descontinuidade na distribuição da renda era vital para o processo de crescimento econômico baseado na produção de bens de consumo duráveis. Aliás essa tese até mesmo corrobora com tal explicação, pois podemos perfeitamente inferir que a descontinuidade na distribuição da renda ora verificada se deu através das políticas de controle salarial que atuaram preponderantemente sobre os salários mais baixos, visto que os trabalhadores de rendas elevadas têm seus rendimentos definidos na estrutura de poder das empresas, além de levarmos em conta as formas de salários indiretos percebidos por esse seguimento social, além do que esse estrato social constitui-se dos consumidores daqueles produtos denominados "bens de consumo duráveis"(14).

No que se refere à política salarial praticada no período (como explicação da piora na distribuição da renda pessoal), cuja sistemática estabelecia o reajuste anual dos salários na data-base "de acordo com a média do salário real dos 24 meses anteriores", acrescido da metade da inflação projetada para os doze meses futuros e do aumento da produtividade nacional (lei 4725/65); Levando-se em conta a subestimação desses índices, podemos destacar que, segundo os indicadores sociais da FIBGE, a remuneração do trabalho entre 1959 e 1970 caiu de 55,5% para 52,0% da renda nacional(15). É importante ressaltar que, embora as regras de reajuste salarial nesse período não diferenciassem as faixas salariais, os salários dos trabalhadores mais bem situados na escala hierárquica das empresas tiveram as maiores variações positivas, o que consubstancia a argumentação de que os salários desses empregados são uma função dos lucros e não das regras de reajustes definidas em Leis e Decretos, pois o fato desses empregados estarem próximos à esfera do poder decisório do capital contribui significativamente para que seja a hierarquia e não a qualificação, o fator fundamental para explicar o leque salarial do setor urbano brasileiro no período, que consiste na formação do estrato social denominado "**classe média**", que desempenhara importante papel no modelo de crescimento econômico baseado na produção de bens de consumo duráveis, marca característica do "milagre brasileiro".

Como forma de evidenciar isso empiricamente, mostraremos a evolução dos salários reais e da produtividade na indústria de transformação de São Paulo no período 1964/74, tabela abaixo, que, embora reconheçamos não refletir a realidade da economia brasileira na sua totalidade, certamente nos dará uma aproximação razoável de sua realidade por ser aquele Estado o centro industrial de maior dinamismo da economia brasileira, notadamente no período em referência.

---

14. sobre os determinantes dos salários da denominada "classe média" ver: BACHA, Edmar., Hierarquia e remuneração gerencial, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (org.), op. cit.

15. D.I.E.E.S.E., A necessidade de uma política salarial no Brasil, pesquisa, passim.

EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS E DA PRODUTIVIDADE NA  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE SÃO PAULO: 1964/74 \*

CLASSES DE TRABALHADORES	Variação Percentual	
	1964/67	1967/74
- Diretores	37,0	85,0
- Gerentes	14,0	82,0
- Chefes de Produção	15,0	82,0
- Chefes Administrativos	34,0	46,0
- Técnicos	24,0	59,0
- Trab. de Escritório	14,0	5,0
- Operários qualificados	1,0	58,0
- Operários semi-qualif.	9,0	16,0
- Operários não qualif.	5,0	6,0
Salário mínimo real	-22,0	-25,0
PIB real per capita **	3,0	72,0

FONTE: Para os salários foi utilizada a PRIL e como deflator o IGP-DI; para o salário mínimo, o DIEESE; para o PIB as Contas Nacionais.

\* Extraída de: SABOIA, João., Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros, p. 182, tab. 5, in: CAMARGO, J.M. & CIAMBIAGI, F. (org.), Distribuição de renda no Brasil, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, p. 165-186.

\*\* "O PIB per capita funciona como uma PROXY para o crescimento da produtividade na economia".

Como podemos ver, os salários de diretores, gerentes, chefes e administradores evoluíram significativamente mais do que os salários dos demais trabalhadores, principalmente no período 67/74 (fase das maiores taxas de crescimento da economia), superando inclusive o crescimento da produtividade (representada pelo crescimento do PIB "per capita"). Isso nos leva a crer que os salários desse segmento de trabalhadores estão diretamente associados aos lucros das empresas e não as regras de reajustes definidos em leis e decretos para os demais salários.

### 3 - Uma crítica à variável educação

Na explicação de LANGONI para a piora na distribuição da renda pessoal no período de 1960/70 a educação assume um papel fundamental. No entanto o processo social de acesso a esse atributo (a educação) não é analisado, esquecendo-se dos fatores sociais condicionantes dessa qualificação, ou seja, da estrutura distributiva que a precede.

Entendemos que para se analisar como se dá a distribuição da

renda entre as pessoas ou grupos de uma sociedade é necessário que se analise a formação histórica dessa sociedade. E como sabemos, a sociedade capitalista tem em sua gênese a propriedade privada como principal alicerce. E no processo de apropriação da riqueza original que a estrutura distributiva começa a ser definida e uma posterior alteração do "status quo" passa necessariamente por transformações profundas nas formas de propriedade. O que queremos dizer com isso é que a estrutura distributiva está fortemente determinada pela estrutura da propriedade e que o grau de concentração da renda está diretamente correlacionado com o grau de concentração da propriedade, ou seja, nas sociedades capitalistas a dotação inicial de riqueza de um indivíduo determina sua posição dentro da estrutura distributiva. Se sua dotação inicial de riqueza é vultosa este será um capitalista e nesta posição se apropriará de uma parcela maior do produto gerado, se sua riqueza inicial não é tão significativa assim, sua posição será mais modesta e conseqüentemente sua parcela de renda também será modesta, e se sua dotação inicial de riqueza é ínfima, ínfima também será a parcela do produto a ele distribuído.

Não negamos o simplismo do raciocínio aqui demonstrado, porém o fato de ser simplista não nega sua validade e coerência e muito menos nega a relativa mobilidade social nesta sociedade. O processo social ocorrido entre as décadas 60/70, caracterizado pela formação de uma classe com significativo poder aquisitivo, suficiente para consumir os bens duráveis, cuja produção impulsionou a economia naquele período, é um fato concreto e uma prova de mobilidade social. No entanto, se formos verificar a gênese desse estrato social médio, veremos que sua inserção no processo de crescimento econômico do período condicionou-se a atributos que para serem adquiridos pressupunha uma dotação de riqueza inicial.

Langoni(16) explica o aumento da concentração de renda no período apoiado basicamente nos retornos dos investimentos pessoas em educação, mas não explica os condicionantes do acesso a essa educação; da obtenção desse atributo (educação).

Com relação a isso vale a pena transcrever uma nota de FRANCISCO DE OLIVEIRA(17) onde ele critica com perfeição a explicação de Langoni:

"Recentemente, tem-se assistido a uma estranha polêmica no Brasil, em torno da distribuição da renda. As objeções de que a concentração é um obstáculo ao desenvolvimento econômico e sistema de injustiça social, tem-se respondido numa versão cabloca de humor negro - sem a categoria literária deste - que a concentração de renda é uma decorrência da melhoria da educação; o humor consiste na 'blague' de que a distribuição da renda é melhor entre os analfabetos. Para além do cinismo que este tipo de humor revela, há, evidentemente, a tentativa já costumeira entre tecnocratas de confundir a opinião pública, pela qual se

---

16. LANGONI, C.G., op. cit., passim.

17. OLIVEIRA, Francisco de., A economia brasileira: crítica à razão dualista, p. 86, nota 55.

tem absoluto desprezo, mostrando que as 'artes' da economia estão muito além do que a opinião pública consegue apreender. Esse desprezo já é, em si mesmo, uma demonstração flagrante de que não houve tanta melhoria da educação como se propala. Em segundo lugar, é um sofisma bastante fraco o de analisar a distribuição de renda pela educação, ao invés de analisar-se a educação pela distribuição da renda, pois qualquer pai de família sabe quanto custa a educação (ainda mais quando se pretende que a educação universitária seja paga). Quanto à melhor distribuição da renda entre analfabetos, bastaria mostrar, como o faz abundantemente Hoffmann em seu trabalho citado neste ensaio(18), ( o nº de chamada e a respectiva nota de rodapé é nossa) que a distribuição na agricultura brasileira, onde existe uma imensa massa de analfabetos, é tão ou mais desigualitária que no setor urbano. Restaria dizer que a distribuição da renda não é uma variável que possa ser corretamente estudada tomando-se como amostra universos fechados de trabalhadores da construção civil em oposição a trabalhadores da indústria automobilística; os verdadeiros parâmetros de comparação não são entre duas categorias de trabalhadores, mas entre estas e seus patrões. A esse humor cínico não falta apenas graça; falta também perspectivas científica e histórica, além da compaixão que é um dos elementos que distingue o homem das outras espécies animais".

Explicar a distribuição da renda num dado período pela distribuição da educação é o mesmo que explicá-la pela distribuição da renda do período anterior.

Reconhecemos que a dotação inicial de riqueza não é fator capaz de explicar completamente a distribuição da renda, principalmente a variação desta, porque a concentração da propriedade é determinada por fatores institucionais que são relativamente estáveis, apresentando portanto pouca variação. No entanto é significativa a correlação do grau de concentração da propriedade com o grau de concentração da renda.

---

18. HOFFMANN, R., Contribuição à análise de distribuição da renda e da posse da terra no Brasil, tese de livre-docente apresentada à ESALQ, São Paulo, 1971.

Neste trabalho Hoffmann apresenta um índice de LORENZ para a concentração da posse da terra no Brasil em torno de 0,84 no período 1920 a 1967 e um índice de GINI modificado para a concentração da renda no Nordeste urbano de 0,6333 com base nos dados do Censo Demográfico de 1960.



CAPITULO II

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA ABSOLUTA NAS REGIÕES  
METROPOLITANAS DE SALVADOR, RECIFE E FORTALEZA NOS  
ANOS 80: ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Como vimos no capítulo anterior, a questão distributiva no Brasil foi amplamente discutida na década de setenta após a constatação da considerável piora na distribuição da renda, revelada pelo Censo de 1970 em confronto com o de 1960. Em meio a controvérsia teórica gerada no período duas correntes de pensamento sobre o assunto se destacaram, contrapondo-se na argumentação explicativa do fenômeno. Por um lado a Teoria do Capital Humano, defendido por Langoni(1) e outros seguidores, privilegia os atributos sexo, idade e especialmente a educação, (bem como os desequilíbrios no mercado de trabalho decorrentes do aumento da demanda por mão-de-obra qualificado face a relativa inelasticidade da oferta no curto prazo) como variáveis explicativas do aumento do grau de concentração da renda naquela década, destacando esse fenômeno como sendo característico da fase de crescimento econômico acelerado das economias capitalistas e conseqüentemente o seu caráter transitório. Por outro lado, uma explicação alternativa para essa piora na distribuição da renda enfatiza as políticas de ajustamento macroeconômico, destacando em especial a política salarial, como responsável pelo aumento do grau de concentração da renda devido à redução dos salários reais dos trabalhadores de baixa renda, uma vez que o governa passa a estabelecer reajustes dos salários em patamares bem abaixo da inflação, bem como mantém um forte controle sobre os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. Temos também a explicação de que o próprio padrão de industrialização brasileira, apoiado na produção de bens de consumo duráveis, exige uma descontinuidade na distribuição pessoal da renda, de forma a permitir o surgimento de estratos sociais com renda média superior a média nacional, garantindo assim o crescimento econômico apoiado na implantação do D II(2).

No presente trabalho objetivamos analisar a distribuição da renda pessoal nas Regiões Metropolitanas do Nordeste(3) nos anos oitenta a partir dos efeitos das políticas salariais adotadas no período, considerando-se os elevados índices de inflação e o desempenho dessas economias metropolitanas naquela década. Esta análise da distribuição da renda a partir das políticas salariais justifica-se pelos seguintes motivos:

A) A década de oitenta é marcada por profunda crise na economia brasileira, determinada basicamente pelos desequilíbrios no balanço de pagamentos em transações correntes, fruto do endividamento externo e pelo déficit público, que coloca o Estado na berlinda da ciranda financeira como forma de financiá-lo. Esse quadro caótico da economia se acentua cada vez mais ao longo da década com os crescentes índices de

---

1. LANGONI, C.G., op. cit., passim.

2. CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da., op. cit., passim.

O D II representa o setor produtor de bens de consumo duráveis que, no esquema Kaleckiano, constitui o setor produtor dos bens consumidos pelos capitalistas.

3. Quando utilizamos o termo "regiões metropolitanas do Nordeste" estamos nos referindo às regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza.

inflação. A inflação tomou proporções astronômicas durante os anos oitenta, o que traz sérios dados aos assalariados, considerando-se que na essência das políticas de ajustamento macroeconômico adotadas está a "tese do salário inflacionário", isto é, pressupõe-se que a inflação brasileira seja essencialmente de demanda e para combatê-la lança-se mão da política monetária restritiva e do controle dos salários como formas de conter a demanda agregada;

B) A política salarial é relevante para a explicação da distribuição da renda, se levarmos em conta que cerca de 80% da população economicamente ativa das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador auferem rendimentos mensais até 5 salários mínimos, sendo que os assalariados (com e sem carteira de trabalho assinada pelo empregador) representam mais de 70% das pessoas ocupadas e nesse universo, mais de 80% estão na faixa salarial até 5 salários mínimos, conforme tabelas 1,2,3 e 4 abaixo. Salários estes que sofrem reajustes através de leis e decretos editados pelos Governos ao longo dos anos oitenta, no geral a patamares abaixo dos índices de inflação, como veremos mais adiante.

TABELA 1

PERCENTUAL DA PEA COM RENDIMENTOS\* ATÉ 5 S.M  
POR REGIÕES METROPOLITANAS: 1981 - 90

R. M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Fortaleza	90,81	89,53	87,34	86,75	84,00	85,25	86,28	86,82	84,44
Recife	89,93	88,10	87,58	86,66	86,59	86,20	84,95	85,30	81,81
Salvador	82,58	80,90	79,48	79,66	78,29	77,21	77,79	76,69	74,13

Fonte: FIBGE - PNAD, tomo 2, vários anos

\* PEA com rendimentos

(1) considera-se a pop. ocupada com rendimentos por não haver distribuição para a PEA nestes anos.

NOTA: não foram apresentados dados para 1982 porque as informações sobre rendimentos neste ano não são comparáveis.

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS \* (COM E SEM CARTEIRA ASSINADA PELO EMPREGADOR) NA POPULAÇÃO OCUPADA, \*\* POR REGIÃO METROPOLITANA: 1981-90

R.M.	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Fortaleza	72,10	71,28	70,67	72,67	74,05	74,11	72,52	69,23	71,70	70,75
Recife	77,74	77,16	74,34	73,14	71,24	75,75	74,49	74,07	76,35	74,20
Salvador	77,96	76,27	77,79	76,24	75,73	77,43	75,11	76,30	75,63	73,95

Fonte: FIBGE - PNAD, tomo 2, vários anos

\* Empregados com rendimento

\*\* População acupada com rendimento de trabalho

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS (COM E SEM CARTEIRA ASSINADA) COM RENDIMENTOS MENSAIS ATÉ 5 S.M. NO TOTAL DOS EMPREGADOS COM RENDIMENTO, POR REGIÃO METROPOLITANA: 1981-90

R.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Fortaleza	90,67	90,34	98,90	89,35	88,43	88,17	87,68	90,23	88,00
Recife	90,47	88,86	87,95	84,67	87,05	87,16	84,78	86,74	84,74
Salvador	81,56	80,40	80,54	80,40	80,72	77,54	76,22	78,00	76,47

Fonte: FIBGE - PNAD, tomo 2, vários anos

TABELA 4

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS COM RENDIMENTO MENSAL ATÉ 5 S.M. NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO POR REGIÃO METROPOLITANA: 1981 - 90

R.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Fortaleza	65,38	63,84	65,07	66,16	65,54	63,95	60,70	64,69	62,26
Recife	70,33	66,06	64,33	60,32	65,94	64,93	62,80	66,23	62,88
Salvador	63,59	62,54	61,38	60,88	62,50	58,24	58,80	58,99	56,56

Fonte: FIBGE - PNAD, tomo 2, vários anos

Esse quadro do nível de remuneração da força de trabalho dessas regiões metropolitanas deixa clara a importância das políticas salariais na determinação da renda dos assalariados:

C) Os anos oitenta são marcados por uma trajetória inflacionária sem precedentes na história da economia brasileira. E nesse ambiente de instabilidade monetária a dialética entre trabalho e capital se dá de forma extremamente desigual, pois enquanto o primeiro tem que concentrar todo seu esforço em busca de perdas pretéritos, adiando assim a busca de uma relação mais favorável com o capital, este tem nos mecanismos de reajuste de preços a sua defesa;

Na presente pesquisa não temos a pretensão de esgotarmos a discussão sobre o tema em questão e nem tampouco estamos convencidos de que o fenômeno distrutivo em nossa sociedade seja explicável apenas pelas políticas salariais e a conjuntura inflacionária por que passamos, pois sabemos que a questão da distribuição do produto em uma sociedade capitalista envolve a análise de elementos institucionais, como a concentração da propriedade da terra e o próprio processo histórico de formação dessas sociedades. O nosso intento é tão somente analisar a correlação entre as políticas salariais adotadas no período 1981/90, face a conjuntura recessiva e inflacionária, e a distribuição da renda pessoal e familiar nas Regiões Metropolitanas do Nordeste, levando-se em conta ainda as transformações ocorridas nas estruturas produtivas dessas economias metropolitanas no período e seus conseqüentes reflexos sobre os respectivos mercados de trabalho. Para isso faremos inicialmente uma síntese das políticas salariais praticadas no período 1980/90 baseando-se em SABOIA(4) e na legislação pertinente e posteriormente faremos uma análise dos aspectos principais das dinâmicas das economias daquelas metrópoles e dos seus respectivos mercados de trabalho.

## 1 - A política salarial nos anos 80

Como sabemos, a década de oitenta foi marcada fundamentalmente pela crise fiscal e financeira do Estado, com o País enfrentando sérias dificuldades com a precária situação do saldo do balanço de pagamentos em conta-corrente, agravada pela crise econômica mundial e a conseqüente elevação dos juros internacionais no início dos anos oitenta e convivendo com um déficit público que cresce em progressão geométrica, forçando o Governo a praticar altas taxas de juros internos como forma de financiá-lo através da emissão de títulos públicos. Esse mecanismo faz girar a ciranda financeira que nutre a inflação que cresce como um gigante avassalador. E como uma forma de contê-la o governo lança mão do arrocho salarial, fazendo com que os

---

4. SABOIA, João., Distribuição de renda e política salarial: 25 anos de desencontros, in: CAMARGO, J.M. & GIAMBIAGI, F., op. cit., p. 165-186.

trabalhadores arquem com o custo social de suas políticas de ajustamento macroeconômico.

Ao longo dos anos oitenta os trabalhadores foram submetidos a diversas políticas salariais, umas relativamente mais favoráveis, outras extremamente perversas. No início do Governo Figueiredo (março de 1979) os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores urbanos começam a tomar corpo e pressionar o governo por uma política salarial capaz de proteger os salários das altas taxas de inflação. Então no segundo semestre de 1979 o governo envia ao Congresso Nacional um projeto de Lei, o qual é aprovado em outubro do mesmo ano, convertendo-se na Lei 6708, de 30-10-79, a qual previa reajustes semestrais para os salários (até então as políticas salariais haviam estabelecido reajustes anuais) com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE e diferenciado conforme a faixa salarial. Para os salários até 3 salários mínimos (S.M.)(5) concedia reajustes semestrais igual a 110% do INPC dos últimos seis meses; para a faixa de 3 a 10 s.m. o reajuste era escalonado, isto é, 110% para os três primeiros salários mínimos e 100% do INPC para a parcela superior a 3 s.m. até o limite de 10 s.m., e para os salários superiores a 10 s.m. o reajuste correspondia a 80% do INPC.

Como podemos observar essa política salarial tinha em si um considerável potencial distributivo à medida que possibilitava a reposição integral das perdas da inflação pretérita para os salários até 11,5 s.m., permitindo inclusive ganhos reais para a faixa salarial inferior a esse patamar(6).

Com o agravamento dos desequilíbrios na economia brasileira o Governo fez opção por uma política econômica recessiva, em meados de 1980, que perdurara até 1983. O então Ministro de Estado da Secretaria do Planejamento passa a defender uma mudança na política salarial vigente, conseguindo-a através da aprovação de uma lei pelo artifício do "decurso de prazo" que altera a sistemática anterior para os salários acima de 15 s.m., que agora passam a ser reajustados pela seguinte regra: a parcela de 15 a 20 s.m. reajustar-se-ia com base em 50% do INPC dos últimos seis meses e a parcela excedente a 20 s.m. teria reajuste negociado entre patrões e empregados. Na prática isso significou o congelamento da parcela excedente a 20 s.m., pois o seu objetivo básico era reduzir os maiores salários pagos pelo setor estatal, com vistas a contribuir para a redução do déficit público.

Em 1982, apesar da forte recessão, os desequilíbrios nas contas do Estado persistem, agravados externamente pelo crescente serviço da dívida externa e internamente pelo crescimento do déficit público, fazendo com que o governo brasileiro recorra ao

---

5. Corresponde ao maior salário mínimo vigente no país;

6. O cálculo é o seguinte: os 10% de ganho real sobre os 3 primeiros s.m. correspondem a 0,30 s.m., que equivalem a perda de 20% sobre o 1,5 s.m. após o 10º s.m.. Assim, quem ganha abaixo de 11,5 s.m. tem ganhos reais, quem ganha exatos 11,5 s.m. tem reposição integral e quem ganha acima dessa faixa acumula perdas salariais.

FMI (Fundo Monetário Internacional), com o qual compromete-se a reduzir o déficit público e a inflação que continuava a crescer. Na perseguição desses objetivos a classe trabalhadora torna-se a mais prejudicada pois embutida na política salarial praticada pelo governo através de leis e decretos-leis está a tese do salário inflacionário, que tem como principal argumentação a idéia de que a inflação brasileira é essencialmente de demanda, isto é, significa dizer que os reajustes salariais aumentam o poder de compra (ou repõe) dos trabalhadores que demandarão mais bens no mercado e face à relativa inelasticidade da oferta no curto prazo, os preços subirão, provocando mais inflação. Do lado do déficit público o governo irá atuar reduzindo os salários pagos pelo setor público, bem como através do corte dos gastos governamentais nas áreas sociais como educação, saúde e programas assistências que afetarão com maior intensidade os estratos menos favorecidos, tornando cada vez mais difícil a sua sobrevivência.

Dessa forma os assalariados perdem pelos dois lados: perdem pelo fato de conviverem com a inflação presente durante o curso dos períodos de reajustes, tendo os salários congelados no início destes, e perdem ao receber apenas parte da inflação passada. Na verdade os trabalhadores, mesmo recebendo a reposição integral das perdas pretéritas, quando têm seus salários reajustados já começam a perder pois quando os recebem, estes já estão corroídos por um mês de inflação. E numa política de reajuste semestral amargam mais cinco longos meses de perdas que, diante de uma inflação como a nossa, significa um considerável aviltamento salarial.

Findo o último dos governos militares, inicia-se uma nova fase da história política brasileira, denominada Nova República, assumindo a Presidência do País o vice-presidente José Sarney (março de 1985) que, por força das circunstâncias da morte do titular Tancredo Neves, permaneceu na presidência até março de 1990. A primeira medida de política salarial do novo Governo foi a substituição do INPC pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), também calculado pelo IBGE, cujo valor, por razões metodológicas, apresentava-se abaixo do INPC. Esse artifício visa reduzir os reajustes salariais face ao recrudescimento da inflação no final de 1985.

A persistência da inflação leva o Governo a adotar, no final de fevereiro de 86, um plano de ajustamento macroeconômico de conteúdo heterodoxo, denominado "Plano Cruzado", que consiste basicamente no congelamento de preços e salários. As novas regras econômicas ditadas pelo Governo Federal trouxeram para os salários a novidade do reajustamento automático através do "gatilho salarial", que consistia em corrigi-los em 20% a cada período em que a inflação atingisse esse patamar, tendo sido concedida uma reposição inicial de 16% para o salário mínimo e de 8% para os demais salários, com o objetivo de restabelecer o poder de compra médio destes ao nível de setembro de 1985, época do último reajuste.

A década de oitenta tem no ano de 86 o seu divisor de águas em termos de desempenho da economia, pois foi o ano em que esta mais crescera, com as empresas produzindo à plena capacidade. E foi também o melhor ano para os trabalhadores. No entanto, a euforia do Plano Cruzado demorou pouco. Comprometido pelas crises

de desabastecimento, pelas defasagens de preços de alguns produtos em relação aos custos, pela conveniência política no processo sucessório dos governos estaduais e por elementos estruturais e de formulação inerentes ao próprio plano, em fins de 86 seus efeitos começam a dissipar-se com a revitalização da inflação, alimentada pela liberação dos preços de uma série de produtos, pelo reajustamento das tarifas públicas e elevação das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados na tentativa de cobrir o déficit público que crescera no período. Esse conjunto de medidas constitui o Plano Cruzado II, com o objetivo de corrigir os desajustes do Plano Cruzado original. O reacquecimento da inflação faz acionar o gatilho salarial com maior frequência e o governo logo começa a perder o controle sobre os preços, fazendo logo em seguida novas tentativas através de uma série de choques sobre a economia que viriam sobre a forma de Plano Bresser e Plano Verão.

O Plano Bresser, em alusão ao economista Luis Carlos Bresser Pereira, então Ministro da Economia, consistia em um novo congelamento de preços e salários e introduzia uma nova sistemática de reajuste salarial através da criação da URF (Unidade de Referência de Preços)(7). Os salários ficariam congelados por 3 meses, a partir daí passariam a ter reajustes mensais com base na URF; o congelamento dos preços se tornava mais brando, visando evitar os percalços do Plano Cruzado. Com isso a inflação retomou seu ritmo de crescimento mais rapidamente e os trabalhadores sofrem perdas significativas no curso de cada trimestre, uma vez que os salários eram reajustados mensalmente com base na URF, que representava a inflação média mensal do trimestre anterior e vigorava durante os três meses futuros, nos quais a inflação era bem superior, pois esta desenvolvia-se em escala ascendente, a cada mês atingindo um novo recorde, culminando com o índice acumulado em 1988 de 933,62%. Com a incapacidade do Plano Bresser em conter a inflação surge o Plano Verão em 15 de janeiro de 89 que também, congela os preços a partir daquela data, não sendo definidas regras para os salários, cabendo ao Congresso Nacional a iniciativa de definir uma nova política salarial, o que é feito através da Lei nº 7788 de 03/07/89. A nova regra prevê reajustes mensais pelo INPC, sendo que os salários até 3 s.m. passariam a ter correção integral com base em 100% deste e os demais salários passariam a ser reajustados em 95% do INPC, ficando os 5% restantes como diferença a ser incorporada no final de cada trimestre. A postergação de uma política salarial para os trabalhadores faz com que estes amarguem mais uma vez perdas salariais consideráveis, pois a inflação de fevereiro a julho de 89, medida pelo IPC-IBGE alcança um índice acumulado de 108,4%. Com a flexibilidade do congelamento de preços a inflação volta a crescer vertiginosamente atingindo novos recordes com o ano de 1989 apresentando um índice acumulado de 1764%, segundo o IPC-IBGE. É notório que mesmo com reajustes mensais os salários

---

7. representava a inflação média mensal do trimestre anterior e permanecia constante durante o trimestre seguinte.



perdem grande parte de seu poder aquisitivo, pois o trabalhador presta serviço em um mês para receber o salário no mês seguinte, quando os preços já estão reajustados em um novo patamar, bem superior ao do mês anterior, pois só o fato de conviverem com a inflação média mensal superior a 35% já representa perdas significativas.

Em março de 1990 assume a Presidência da República o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, após mais de duas décadas de jejum democrático, com uma campanha eleitoral baseada na defesa dos interesses dos "descamisados e pés descalços". Com sua posse vem uma série de "medidas surpresas" incluindo o confisco de poupanças, reforma administrativa com disponibilidade de funcionários públicos e redução de seus vencimentos e a opção pela recessão. E nesse contexto, como política salarial vem a livre negociação entre os trabalhadores e empresários, o que significa na prática o congelamento de salários pois os trabalhadores deparavam-se com uma forte recessão e em tais circunstâncias a prioridade era a garantia dos seus empregos.

Apesar da proposta de inflação zero e de todo o controle sobre a liquidez, a inflação continua a desenvolver-se na casa dos dois dígitos, atingindo o índice de 144,08% no período de abril/90 a setembro/90, conforme o IPC/IBGE, ao passo que o salário mínimo tem um aumento de 64,84% no mesmo período. Isso comprova que todas as sacrifícios que o Governo Collor impôs à sociedade brasileira sob o pretexto de acabar com a inflação com "um tiro só" foram inúteis, pois a inflação brasileira é essencialmente determinada pela estrutura produtiva oligopolizada, que tem como política a redução da oferta e o aumento de preços, como forma de garantir suas margens de lucros. Assim, diante da recessão que se apresenta, a livre negociação salarial traz para todos os assalariados, e especialmente para aqueles menos organizados (que sempre são os de mais baixa renda), consideráveis perdas reais de salários.

Num período de elevada inflação como a década de oitenta, mecanismos de proteção do poder aquisitivo dos salários se faziam imprescindíveis, pois mesmo que estes assegurassem a reposição total da inflação periodicamente, os trabalhadores assalariados ainda assim perderiam sua participação relativa na renda total gerada na economia, pois a inflação em patamares elevados é um elemento de grande poder distributivo da renda em favor dos lucros e daqueles mais aquinhados porque enquanto os empresários dispõem da formação de estoques e das operações no mercado financeiro como forma de proteção, os trabalhadores estão vulneráveis visto que sua mercadoria é a força de trabalho e esta enquanto lhe pertence e está materializada na sua pessoa não pode ser estocada.

Como resumo da política salarial praticada durante os anos oitenta apresentamos os quadros abaixo extraídos na íntegra de: D.I.E.S.E., pesquisa, "A necessidade de uma política salarial no Brasil", edição especial, São Paulo, agosto de 1991, p. 20-23.

POLÍTICA SALARIAL VIGENTE NO PERÍODO 1979 A 1986

Política Salarial	Vigência	Tipo de Correção Salarial Prevista		Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
		Na Data-Base	Fora da Data-Base		
Lei 6708 Decreto-Lei 84.560	Novembro/79 a Dezembro/80	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 3 SM = 110% do INPC 3 a 10 SM = 100% do INPC Acima de 10 SM = 80% do INPC Negociação de um percentual, a título de produtividade	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)-IBGE O índice utilizado para o reajuste refere-se ao semestre encerrado 2 meses antes da data-base	O percentual a ser negociado a título de produtividade diz respeito ao "aumento da produção decorrente do melhor desempenho do trabalhador". Exclusão dos servidores públicos da abrangência da lei
Lei 6886	Janeiro/81 a Janeiro/83	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 3 SM = 110% do INPC 3 a 10 SM = 100% do INPC 10 a 15 SM = 80% do INPC 15 a 20 SM = 50% do INPC Acima de 20 SM = Livre negociação	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	INPC-IBGE	
Decreto-Lei 2012	Fevereiro/83 a Maio/83	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 3 SM = 100% do INPC 3 a 7 SM = 95% do INPC 7 a 15 SM = 80% do INPC 15 a 20 SM = 50% do INPC Acima de 20 SM = Livre negociação	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	INPC-IBGE	
Decreto-Lei 2024	Junho/83 a Julho/83	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 7 SM = 100% do INPC 7 a 15 SM = 80% do INPC 15 a 20 SM = 50% do INPC Acima de 20 SM = Livre negociação	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	INPC-IBGE Índice expurgado em junho (1,5%) e julho (1,0%)	
Decreto-Lei 2045	Agosto/83 a Outubro/83	80% do INPC para todos os trabalhadores	Reajuste semestral de salários pelo mesmo percentual determinado para a data-base	INPC-IBGE	O percentual de produtividade a ser negociado fica limitado à variação do PIB real per capita do ano anterior. Permite reajustes inferiores para as empresas que comprovem incapacidade econômica

Continua

Continuação

Política Salarial	Vigência	Tipo de Correção Salarial Prevista		Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
		Na Data-Base	Fora da Data-Base		
Decreto-Lei 2064	Outubro/83 (1 semana)	Cria 38 faixas salariais para o reajuste semestral e retira o "efeito cascata".	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	INPC-IBGE	Este Decreto vigorou por apenas uma semana, não tendo sido aplicado. Determina a extinção gradual da política salarial até o ano de 1988
Decreto-Lei 2065	Novembro/83 a Outubro/84	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 3 SM = 100% do INPC 3 a 7 SM = 80% do INPC 7 a 15 SM = 60% do INPC Acima de 15 SM = 50% do INPC	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	INPC-IBGE	Mantém a extinção de política salarial em 1988 Mantém percentual de produtividade limitado ao PIB. Mantém a possibilidade de concessão de reajustes inferiores à Lei
Lei 7238	Novembro/84 a Dezembro/85	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 3 SM = 100% do INPC Acima de 3 SM = 80% do INPC	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	INPC-IBGE	Faculta a concessão de reajuste integral para os salários superiores a 3 mínimos
Lei 7450 Decreto 91.990	Janeiro/86 a Fevereiro/86	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata", da seguinte forma: Até 10 SM = 100% do INPC Acima de 10 SM = 80% do INPC	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para a data-base	IPCA-IBGE	O índice utilizado para o reajuste passa a se referir ao semestre encerrado no mês anterior à data-base

**POLÍTICA SALARIAL VIGENTE NO PERÍODO 1986 A 1990**

Política Salarial	Vigência	Tipo de Correção Salarial Prevista		Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
		Na Data-Base	Fora da Data-Base		
Decreto-Lei 2283 Decreto-Lei 2284 Decreto-Lei 2302	Março/86 a Junho/87	60% do IPC	A partir da primeira data-base posterior à março de 1986: Reajuste salarial todas as vezes que a inflação acumulada atingir 20%. Em caso de taxa de inflação superar este percentual, o excedente é acumulado para o dispaço do próximo gatilho	Até outubro/86: IPCA-IBGE A partir de novembro/86: INPC-IBGE Em maio de 1987, muda-se a base da coleta de preços do INPC	Em 01/03/86: reajuste de todos os salários pela média do semestre set/85 a fev/86 +abono de 8% O último gatilho "disparou" com o IPC acumulado até o mês de maio
Decreto-Lei 2335	Julho/87 a Janeiro/89	Não há garantia de reajuste	A partir de setembro de 1988, reajuste mensal pela URP fixada para o trimestre	Unidade de Referência de Preços - URP Média geométrica do IPC dos 3 meses anteriores. A primeira URP é calculada com o IPC de julho e agosto. O IPC de junho (26,06%) é excluído do cálculo	O pagamento do último gatilho é parcelado em 6 vezes, a ser pago no semestre set/85 a fev/86
Medida Provisória 32 Medida Provisória 37 Medida Provisória 48 Medida Provisória 52 Lei 7730 Lei 7737 Lei 7777	Fevereiro/89 a Abril/89	Não há garantia de reajuste	Não há previsão de reajuste		Não se trata de política salarial. Os salários, em 01/02/89, são convertidos pela média real do ano de 1988. Sobre a média é aplicada a URP do mês de janeiro (26,05%), substituída, em março, pelo INPC de janeiro (35,48%) e, em abril, pelo percentual de 53,27%
Lei 7788	Junho/89 a Março/90	Livre negociação	Reajuste trimestral de salários, com previsão de antecipações mensais, a serem aplicadas, cumulativamente, da seguinte forma: Para a parcela dos salários: Até 3 SM: IPC integral 3 a 20 SM: IPC, descontados 5% Acima de 20 SM: livre negociação No final de cada trimestre, sobre a parcela correspondente a até 20 mínimos, é aplicada a diferença entre as antecipações concedidas e o índice trimestral integral	IPC-IBGE	O IPC apurado entre fevereiro e junho de 1989 foi incorporado aos salários entre os meses de junho e agosto. Esta política salarial previa para as faixas de salário superiores a 3 mínimos, a implantação progressiva da sistemática de reajuste, de acordo com três grupos, formados a partir das datas base, criando trimestres de referência para o acerto do reajuste trimestral

**POLÍTICA SALARIAL VIGENTE NO PERÍODO 1990 A AGOSTO DE 1991**

Política Salarial	Vigência	Tipo de Correção Salarial Prevista		Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
		Na Data-Base	Fora da Data-Base		
Medida Provisória 154 Lei 8030	Abril/90 a Maio/90	Livre negociação	Reajuste mensal através de prefixação	Não determinado	O índice foi prefixado em zero no mês de abril. Em maio, as regras foram revogadas
Medida Provisória 193 Medida Provisória 211 Medida Provisória 219 Medida Provisória 234 Medida Provisória 256 Medida Provisória 273 Medida Provisória 292	Junho/90 a Janeiro/91	Apenas na primeira data-base posterior a junho de 1990: Conversão dos salários, se- gundo a média real verificada no ano imediatamente anterior. Os salários são atualizados pelo fator de recomposição correspondente ao dia de seu pagamento	Não há previsão de reajuste. Em agosto de 1990 é concedi- do um abono de Cr\$ 3.000,00, sendo que a soma do abono e do salário não podem ultrapasa- sar Cr\$ 26.017,30. Em janeiro de 1991 é concedi- do um abono de 12% para a parcela dos salários até Cr\$ 12.000,00	A média é corrigida pelo FRS (Fator de Recomposição Sala- rial). O FRS é o IPC apurado para o mês posterior	Não se trata de política salarial. Prevêem apenas a conversão dos salários das categorias profissionais na primeira data- base pós junho
Medida Provisória 295	Fevereiro/91	Não há previsão de reajuste	Não há previsão de reajuste		Não se trata de política salarial. Conversão, em 01/02/91, dos salários pela média real verifi- cada no período fevereiro/90 a janeiro/91. O índice para a correção da média é estipulado em zero para o mês de fevereiro. Determina que o poder execu- tivo encaminhe ao Congresso Nacional um projeto para a regulamentação das negocia- ções coletivas
Lei 8178	Abril/91 a Agosto/91	Não há previsão de reajuste	Não há previsão de reajuste. Concessão de abonos no pe- ríodo abril a agosto, com base na variação nominal de uma cesta básica com valor estipu- lado em Cr\$ 29.600,00 + um valor fixo de Cr\$ 3.000,00	O índice que determina a vari- ação da cesta básica é o índice de reajuste do salário mínimo (IRSM)	Política de concessão de abo- nos não incorporáveis aos sa- lários durante o período previsto.

Como vimos, a política salarial praticada nos anos oitenta através das diversas sistemáticas de reajustes dos salários não consegue sequer manter o nível do poder de compra do início da década quanto mais alterar positivamente a participação relativa dos salários na renda global, pois ao longo desses anos os trabalhadores brasileiros só tem conseguido correr atrás das perdas reais que as altas taxas de inflação lhes têm imposto e mesmo assim não as têm conseguido haja visto o decréscimo do salário mínimo real de 1981 a 1990, bem como a queda da participação relativa dos salários na renda global, conforme tabela 5 abaixo:

TABELA 5

SALARIO MINIMO E PARTICIPAÇÃO DOS SALARIOS NA RENDA NACIONAL

	1981(1)	1982(1)	1983(1)	1984(1)	1985(1)
V.nominal s.m.(3)	11,92	23,56	57,12	116,56	600,00
V. real s.m.(4)	15429,82	15547,59	12270,71	11355,20	12506,23
Indice de s.m. real (base nov/81=100%)	100,00	100,76	79,52	73,59	81,05
Particip. relativa dos salários na renda global - (%)	51,80	-	48,70	46,70	-

continuação tab.5

	1986(2)	1987(2)	1988(2)	1989(2)	1990(2)
V. nominal s.m.(3)	804,00	2062,31	12702,00	249,48	6065,31
V. real s.m.(4)	10021,91	6575,67	5081,41	7584,21	6056,31
Indice s.m. real (base nov/81=100%)	64,95	42,61	32,93	49,15	39,25
Particip. relativa dos salários na renda global - (%)	-	-	38,00	-	35,00

FONTE: D.I.E.E.S.E.

(1) salário mínimo de novembro

(2) salário mínimo de setembro

(3) de 1980 a 1988 valores em Cr\$;

de 1989 a 1990 valores em Cr\$; 1 Cr\$ = 1000 Cz\$

(4) em Cr\$ de nov/1990 deflacionado pelo IGF-DI

Podemos perceber, através da política salarial do período e da conseqüente queda do poder de compra do salário mínimo, que os trabalhadores perderam consideravelmente sua participação relativa na renda total gerada. E essa perda é mais contundente para os trabalhadores assalariados com rendas mais baixas, pois as categorias de rendas mais elevadas têm, geralmente, uma melhor organização e conseqüentemente maior poder de barganha, bem como devemos considerar que em função dos seus níveis de qualificação estes são menos vulneráveis às demissões por força de movimentos reivindicatórios. Um outro aspecto a ser considerado com relação aos empregados de rendas mais altas que ocupam cargos de gerentes, chefias, executivos etc. é que estes, por estarem próximos da esfera do poder decisório do capital, têm seus salários determinados em função dos lucros auferidos pelas empresas e não através de políticas salariais. Essa argumentação, defendida por BACHA(8), é bastante plausível, uma vez que é significativa a importância dessas pessoas no desempenho das empresas, notadamente daquelas cuja organização administrativa distancia-se do tipo de "organização familiar", tendência hoje das grandes empresas que necessitam cada vez mais de apoiar-se em métodos e técnicas científicas de administração para a consecução dos seus objetivos face à complexidade crescente das atividades econômicas.

## 2 - Algumas especificidades das regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza

Antes de apresentarmos os resultados da presente pesquisa, julgamos necessário destacarmos algumas especificidades das dinâmicas das economias metropolitanas em questão, com o objetivo de compreendermos melhor os abatimentos da crise da economia brasileira sobre aquelas economias metropolitanas, especialmente seus efeitos sobre os respectivos mercados de trabalho.

Com o processo de industrialização incentivada do Nordeste houve uma transformação significativa da estrutura produtiva regional, culminando com uma redefinição da dinâmica dessa economia que antes estava voltada para o mercado externo e que agora se articula de forma mais estreita com o resto da economia do País, especialmente com a região Sudeste, pólo dinâmico da economia brasileira. Nesse processo de industrialização do Nordeste, os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os que absorveram maior parte dos incentivos fiscais, concentrando nas suas respectivas regiões metropolitanas a quase totalidade dos projetos ora implantados. O Estado da Bahia concentrou a maioria

---

8. embora a análise de BACHA, Edmar., Hierarquia e remuneração gerencial, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (org.), op. cit. se refira ao período 1960/70, acreditamos não ter havido alterações radicais nos anos oitenta.

das inversões, tendo como característica a predominância de ramos de indústrias dinâmicas, como petroquímica, mecânica, materiais elétricas, etc. e "especializou-se" na produção de bens intermediários, insumos para abastecer a indústria do Sudeste, especialmente São Paulo. O Estado de Pernambuco assume uma posição intermediária entre Bahia e Ceará, tanto no que se refere ao volume de recursos investidos, quanto no que diz respeito à diversificação dos projetos entre ramos industriais dinâmicos e tradicionais. Já o Estado do Ceará absorveu menor volume de recursos que os demais, com predominância dos investimentos em ramos industriais tradicionais, como alimentos, tecidos e confecções, tanto no que se refere aos projetos novos como a projetos de modernização.

Nessa perspectiva, podemos vislumbrar os diferentes aspectos dessas economias metropolitanas, considerando-se que essas metrópoles hospedaram a grande maioria dos projetos industriais implantados nos respectivos Estados, e por isso tomaremos o desempenho dos setores indústria e serviços (este setor compreende as atividades terciárias) dessas economias estaduais como representativo das economias de suas respectivas regiões metropolitanas.

Relativamente à região Metropolitana de Salvador (RMS) podemos afirmar que sua estrutura produtiva é pouco diversificada, concentrando-se preponderantemente, quanto ao produto industrial, na produção de bens intermediários destinados ao abastecimento das indústrias do Sudeste e à exportação. Essa particularidade faz com que a dinâmica da economia metropolitana esteja fortemente articulada à dinâmica da economia do centro-sul e também à demanda externa por seus produtos. Nesse contexto, os rebatimentos da crise econômica que assola o país, a qual propagou-se a partir do centro dinâmico da economia brasileira, especialmente São Paulo, como reflexo da crise na economia mundial, do endividamento externo e do déficit público, dão-se de forma bastante incisiva sobre a economia baiana embora reconheçamos que no início da década, 1981/83, esses efeitos tenham sido amenizados pelos resultados do amadurecimento dos investimentos realizados no Estado no final da década de setenta. Conforme tabela 6 abaixo, o desempenho dos setores indústria e serviços da economia baiana, no início dos anos 80 supera o desempenho desses setores para a economia brasileira como um todo.



TABELA 6

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL POR SETORES: 1980/90  
(percentuais)

PERIODOS	BRASIL*		BAHIA		PERNAMBUCO		CEARA	
	IND.	SERV.	IND.	SERV.	IND.	SERV.	IND.	SERV.
1980/81	-	-	-18,2	2,3	-10,2	-0,6	-1,8	2,1
1981/83	-5,4	0,2	26,0	20,5	0,5	3,4	34,6	11,8
1984/86	9,0	5,2	5,2	30,6	12,4	31,8	-26,3	18,2
1987/86	0,2	2,8	0,5	6,3	8,6	0,4	0,1	-2,2
1988/87	-2,5	2,2	-0,4	-3,7	-2,9	2,4	2,0	2,6
1989/88	-	-	3,4	3,0	5,6	5,5	5,5	13,4
1990/89(1)	-	-	-1,3	-1,7	-1,7	-1,0	-2,0	-14,6

Fonte: Brasil - 1981/88 SUDENE/DGP/PSE/GDR e IBGE/DECNA

\* Extraído de: DUARTE, R., Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80, Revista Econômica do Nordeste, BNB/ETENE, Fortaleza, 20(4), out./dez., 1989, p. 339/378.

Bahia, Ceará e Pernambuco: SUDENE/DFG/PSE/GCR, Produto e formação bruto de capital, Recife, 1992.

(1) dados preliminares

No entanto, apesar do bom desempenho da indústria baiana no período 1981/83, o índice de produto real do setor em 1983 é pouco superior ao índice de 1980, 103,1% e 100%, respectivamente. Nos demais anos da década de 80 o desempenho da economia baiana, especialmente do setor industrial, apresenta um desempenho bem próximo ao desempenho da economia brasileira em seu conjunto. Isso nos mostra a sensibilidade da economia baiana às crises da economia brasileira.

Um outro aspecto peculiar à RMS é o tipo de indústria ali instalada, a qual constitui-se predominantemente de ramos industriais dinâmicos, cuja relação capital x trabalho é elevada. Como podemos ver nas tabelas 1 e 2 do anexo, a RMS apresenta a maior participação relativa da indústria no PIB (na verdade o PIB da RMS que é o que nos interessa analisar, mas que no entanto não está sendo feito por falta de dados a nível de RM é certamente composto por um percentual bem mais significativo do setor industrial, dado o peso do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Complexo Industrial de Aratu na produção industrial do Estado) e o menor percentual de pessoas ocupados na indústria de transformação.

Já as RM de Recife e Fortaleza apresentam uma estrutura

produtiva da indústria de transformação com a predominância de ramos industriais tradicionais, como produtos alimentícios, têxtil e vestuário. Conforme dados dos Censos Econômicos de 1985, tabela 5 do anexo, houve uma mudança significativa da participação relativa do valor bruto das produções industriais dos ramos de indústrias dinâmicas e tradicionais das regiões metropolitanas do Nordeste na primeira metade da década de 80.

Embora reconheçamos que as alterações no perfil da estrutura produtiva da indústria de transformação das Regiões Metropolitanas do Nordeste por si só não tenham correlação com a concentração da renda pessoal, quando transpomos estas alterações para o mercado de trabalho e passamos a analisar seus efeitos sobre a estrutura do emprego urbano, apesar da participação relativa da indústria de transformação no emprego total ( tabelas 2,3,4 e 5 do anexo) girar em torno de 13 a 15%, queremos crer que haja uma significativa correlação entre distribuição de renda e o grau de "especialização" da indústria quanto ao predomínio de ramos industriais dinâmicos ou tradicionais, considerando-se que os ramos industriais classificados como dinâmicos têm uma alta relação capital x trabalho e conseqüentemente uma maior produtividade, o que possibilita a remuneração do fator trabalho a um nível salarial relativamente mais elevado, ocasionando assim uma relativa descontinuidade na distribuição de renda, dado que os setores de menor produtividade, como os ramos de indústrias tradicionais ( têxtil, alimento, vestuário, etc.) que têm relativamente uma baixa relação capital x trabalhador, não conseguem atingir o mesmo patamar salarial. Além disso, devemos levar em conta que os ramos de atividades: indústria de transformação; indústria de construção, comércio de mercadorias e prestação de serviços ocupam mais de 60% do total de pessoas ocupadas nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza ( tabelas 2,3 e 4 do anexo) e que, analisando-se a remuneração média anual e a produtividade das pessoas ocupadas nesses ramos de atividade, com base nos dados das tabelas 6 e 7, verificamos que os ramos de indústrias dinâmicas apresentam a maior remuneração média anual para as três regiões metropolitanas e um aumento da "produtividade" nas indústrias de transformação da RMS e da RMR, enquanto que para a RMF há uma queda, sendo estas alterações frutos da transformações das respectivas estruturas produtivas quanto aos ramos de indústrias (dinâmica ou tradicionais). Verificamos ainda que embora haja uma queda na remuneração média anual da indústria de transformação no período 1980/85, a variação é mais intensa nas indústrias de transformação que têm maior participação relativa de ramos tradicionais.

Voltando à análise das particularidades das regiões metropolitanas podemos destacar que a Região Metropolitana do Recife apresenta uma maior diversificação de sua estrutura produtiva entre bens intermediários, bens de capital e bens de consumo, articulando-se com o Sudeste e também bastante vulnerável aos rebatimentos da crise da economia brasileira, sendo que ao longo dos anos oitenta passa a sofrer tanto com os percalços da crise econômica do País quanto com a perda de sua posição relativa no contexto regional devido ao crescimento relativo das outras Regiões Metropolitanas do Nordeste e das

demais capitais dos Estados nordestinos, bem como a conseqüente perda da posição estratégica de grande entreposto comercial da Região devido ao estreitamento das articulações inter e intra-regionais provocado pelo processo de industrialização incentivada do Nordeste e do desenvolvimento dos meios de transportes a partir dos anos setenta. Isso faz com que a área de influência da RMR sobre os demais centros urbanos regionais reduza-se significativamente. Há um considerável processo de desaceleração econômica e de empobrecimento da RMR no curso dos anos oitenta provocado tanto pelos rebatimentos da crise por que passa a economia brasileira, fruto das crises fiscal e financeira do País, conjugada com a conseqüente instabilidade econômica, quanto pela já mencionada perda de posição relativa no quadro evolutivo das demais regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte que passam a ganhar um maior dinamismo e a estabelecer canais diretos de comercialização com o Sudeste do País. Acrescente-se a isso a drástica redução dos investimentos públicos (que no caso também afetam as demais regiões metropolitanas em questão) cuja importância foi significativa para as alterações das dinâmicas da região nas décadas anteriores. Conforme LEONARDO GUIMARAES NETO, no relatório de pesquisa sobre a RMR e o Recife, intitulado "Centro do Recife: atores, conflitos e gestão", Fundação Joaquim Nabuco, Recife, abril de 1992, o autor coloca que : " Entre 1980 e 1989 o Nordeste registra um crescimento de 4,7% ao ano, metade do que apresentara entre 1970 e 1980, Pernambuco registra uma expansão menor entre 1980 e 1988 de 3,0% ao ano. No que se refere à Região Metropolitana, o valor adicionado das empresas registradas na Secretaria da Fazenda revela um crescimento, entre 1980 e 1989, de 1,0%. E transformando essa taxa de crescimento do valor adicionado total em taxa de crescimento por habitante encontra-se um decréscimo de -0,8% no valor adicionado per capita para o RMR no período de 1980/89(9).

Todos esses fatores aqui mencionados têm um efeito significativo sobre o mercado de trabalho da RMR, influenciando diretamente os rendimentos das pessoas e famílias ali ocupadas e reduzindo drasticamente a capacidade de retenção da população daquela região metropolitana, o que pode ser atestado pelos dados do Censo Demográfico de 1991 em que a RMR tem a menor taxa de crescimento demográfico anual dentre as RM do NE, 1,81% ao ano, menor mesmo que a taxa de crescimento para o Brasil, que foi de 1,89% aa, ao passo que Fortaleza e Salvador cresceram a taxas de 3,45% e 3,10%, respectivamente, no período 1980-91.

Quanto à RMR podemos destacar que esta teve um significado crescimento relativo, apesar da crise vivida pela economia brasileira e mesmo sofrendo também os impactos negativos dessa crise. Podemos tomar como indicadores do desempenho da economia

---

26 - O autor trabalha com o valor adicionado, calculado através de estatística da Secretaria da fazenda Estadual, como aproximação de PIB para RMR devido a falta de estatística capazes de mensurar o produto inteiro bruto a nível de regiões metropolitanas.

metropolitana de Fortaleza o desempenho da economia do Estado, (excluindo-se o setor primário) pelas seguintes regiões: o setor industrial do Ceará concentra-se predominantemente na região metropolitana de Fortaleza (especialmente no distrito industrial de Maracanaú e nas regiões periféricas de Fortaleza); o setor terciário do Estado, bastante significativo na geração de empregos, também pode ser tomado, grosso modo, como parâmetro para a RMF, principalmente se levarmos em conta que sua expressividade constitui-se do comércio de tecidos e confecções e do comércio exterior, que se desenvolvem no âmbito do município de Fortaleza. Com essas considerações podemos ver, através da tabela 8, que o Ceará teve um expressivo crescimento da indústria no início dos anos 80, (apesar da recessão na economia brasileira no período 1980/83), com taxas anuais de 9,8, 22,6 e 66,9% nos anos de 1982, 83 e 84, respectivamente, influenciado pelo aumento da produção da indústria extrativa mineral, e embora sofra forte declínio nos anos seguintes, apresenta uma taxa média anual de 7,49% no período de 1980/90. O setor terciário também teve um desempenho razoável. Apesar dos declínios de 1983, 87 e 88, este setor apresenta um crescimento médio anual de 5,32% no período de 1980/90. A RMF apresenta uma estrutura produtiva da indústria de transformação relativamente pouco diversificada do ponto de vista da presença de ramos de indústrias dinâmicas e tradicionais, predominando com expressividade as indústrias classificadas como tradicionais, ou intensivas em mão-de-obra, como têxtil, vestuário e alimentos que juntos, esses três ramos industriais, respondem por 67,3% da produção e por 64,5% do emprego da indústria de transformação (setor formal), segundo o Censo Econômico de 1985 (tabela 5). Quanto ao nível de articulação da economia da RMF com o resto da economia brasileira, especificamente com o Sudeste, podemos afirmar que, apesar de não ser tão estreito quanto os das RMS e RMR, este influencia significativamente o desempenho da economia local, notadamente no que se refere à indústria têxtil, grande fornecedora de matérias-primas para a indústria de confecções do Sudeste e que responde por razoável parcela do emprego na RMF.

A indústria cearense, por ser essencialmente produtora de "bens-salários" também apresenta-se extremamente sensível às políticas de ajustamento macroeconômico implementadas pelo Governo Federal ao longo dos anos, considerando-se os efeitos dessas políticas sobre a massa salarial. Um outro fator relevante na análise da dinâmica da economia da RMF é que esta se tornou um importante pólo da indústria de confecções do país, atividade de grande capacidade de geração de emprego, tanto no setor industrial quanto no comércio de mercadorias e que hoje constitui-se no mais importante centro comercial de confecções do Norte/Nordeste, abastecendo os mercados dos principais centros urbanos do Norte, como Manaus, Belém e outros, aumentando assim a área de influência da RMF e seu nível de articulação intra e inter-regional. No entanto, apesar do significativo crescimento econômico dessa região, a taxa de ocupação da população em idade ativa (PIA) atinge apenas cerca de 50% (o que ocorre também para as demais regiões metropolitanas - Salvador e Recife), levando-se em conta que uma significativa parcela dessas pessoas ocupadas estão no setor informal da economia que, conforme a definição e

método de mensuração pode variar de 30 a 50% da população ocupada(10). Acrescente-se a isso o crescimento demográfico da RMF (e RMS) que entre 1980 e 1991 cresceram à taxa(s) de 3,45% ao ano (e 3,10% a.a.).

Embora constataremos que as economias metropolitanas do Nordeste tenham cada uma sua dinâmica própria, definida pelas suas especificidades e pelo modo como cada qual se articula intra e inter-regionalmente, estas são bastante sensíveis às crises por que passa a economia brasileira, e nem poderia ser diferente, pois o nível de integração dessas economias não permite. O que queremos dizer é que os efeitos dos rebatimentos da crise econômica que assola o país sobre as economias metropolitanas em questão se dão em intensidades diversas conforme seus diferentes níveis de articulação e suas dinâmicas específicas. É é nessa perspectiva que tentamos compreender as diferenças na distribuição de renda e nos níveis de "pobreza absoluta" entre essas regiões metropolitanas a partir de suas diferentes estruturas de emprego e dos reflexos conjunturais/estruturais da crise da economia brasileira sobre os respectivos mercados de trabalho.

O nosso objetivo tem, antes de tudo, um caráter especulativo e não a intenção de fazermos constatações e afirmações irrefutáveis. Longe disso, pretendemos tão somente analisar as estruturas do emprego dessas regiões metropolitanas diante dos percalços por que tem passado a economia brasileira após 1980, com a finalidade de estabelecermos possíveis correlações com a distribuição da renda e com os níveis de pobreza absoluta detectados naquelas metrópoles durante os anos oitenta.

Como podemos ver, através das tabelas 9 a 12 do anexo, ocorreram significativas transformações nos mercados de trabalho das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador na década de 80 e que podemos associá-las às diversas fases da economia brasileira ao longo desses anos, as quais podem ser definidas pelos seguintes períodos:

A) 1981/83: Período recessivo no qual se intensificam as crises fiscal e financeira do Estado, agravadas pela crise da economia mundial e pela elevação das taxas de juros internacionais;

B) 1984/86: Período de leve recuperação econômica, com o PIB real( a preços de mercado) do Brasil crescendo a uma taxa média anual de 7%, porém o PIB real per capita não chegou ao nível de 1980, apesar da euforia do plano cruzado em 86;

C) 1987/89: Após o Plano Cruzado, passada a euforia, a economia entra em mais uma fase recessiva em 88, apesar dos vários planos econômicos de conteúdo heterodoxo, implementados com o objetivo de conter a inflação e o déficit público, agravando-se cada vez mais os problemas sócio-econômicos do país;

---

10. Uma das definições e formas de mensuração do setor informal pode ser representada pelos autônomos (ou conta-própria) mais empregados sem carteira de trabalho assinado pelo empregados, conforme CACCIAMALLI, Maria C., *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*, FEA - IPE/USP, São Paulo, novembro de 1989.

D) 1990: intensifica-se a recessão, agora com o argumento de acabar com a inflação que já atinge níveis astronômicos, sendo utilizadas medidas ortodoxas de controle da base monetária, além de medidas arbitrárias de confisco de ativos financeiros adotadas pelo novo governo. A partir de março (posse do governo Collor) a economia brasileira depara-se com uma violenta recessão levada a todo custo pelo novo governo e que vem acompanhada de um "projeto neoliberal" que tem por finalidade principal a redução drástica da intervenção do Estado na Economia. Essas medidas têm forte impacto sobre os mercados de trabalho e as rendas dos trabalhadores, como veremos adiante.

No período 1981/83 temos uma taxa de ocupação da PIA abaixo de 50% para as três regiões metropolitanas, exceto para a RMS, sendo que Recife apresenta a menor taxa de ocupação no período (tabelas 2, 3 e 4). Nesse período há também uma queda da participação relativa dos empregados na população ocupada, associada a um aumento da participação relativa dos empregados sem carteira assinada (os quais podem ser definidos como subempregados) no total de empregados e o aumento da participação relativa dos conta-própria no total de pessoas ocupadas, o que nos permite constatar o aumento do grau de informalidade e subemprego nessas economias, que ocorre predominantemente nas atividades de prestação de serviços e comércio de mercadorias.

No período de 1984/86 há um melhor desempenho da economia brasileira e também das economias locais, apesar das taxas negativas da indústria do Ceará e Bahia (conforme tabela 8), no entanto os índices de produto real respectivos superam os do período 1981/83, exceto para a Bahia em 1983. Os efeitos desse desempenho sobre os respectivos mercados de trabalho traduzem-se no crescimento das taxas de ocupação. No entanto as alterações estruturais desses mercados de trabalho são pouco significativas. A RMF apresenta um crescimento da participação relativa dos empregados na população ocupada, com redução do subemprego e do setor informal (empregados sem carteira assinada mais conta-própria), sobretudo em 1986, mas mesmo assim os níveis de subemprego e informalidade neste ano (1986) superam os de 1981. Já as R.Ms. de Salvador e Recife apresentam uma redução na participação dos empregados em 1984 e 85, com uma recuperação em 1986, apesar dos níveis de informalidade e subemprego também superarem os de 1981. Já no período 1987/89 há inicialmente uma queda, pouca significativa, das taxas de ocupação das RM de Salvador e Recife, persistindo em 88, no caso da RMR, e crescendo em seguida. Para a RMF há um comportamento diferente, apresentando um crescimento da taxa de ocupação nos primeiros anos e um decréscimo em 1989, inclusive a nível inferior a 1986, o que é o caso também de Recife, apesar da dinâmica ser diferente.. No geral há uma queda da participação dos empregados no total de pessoas ocupadas e do nível de subemprego, considerando como tal os empregados sem carteira assinada, certamente influenciada pela Constituição Federal de 1988, que amplia e enfatiza os direitos sociais dos trabalhadores. No entanto há predominância de crescimento da participação relativa dos conta-própria, ou autônomos.

No ano de 1990 se acentua a redução da participação relativa dos empregados, com o aumento do subemprego, conta-própria e dos

empregadores, o que indica o surgimento de pequenos negócios explorados diretamente pelos proprietários utilizando mão-de-obra contratada à margem da legislação trabalhista, como forma de complementar a renda familiar ou como alternativa aos baixos salários do mercado de trabalho.

Como podemos perceber, os mercados de trabalho dessas regiões metropolitanas, na década de oitenta, apresentam uma taxa de ocupação média da PIA em torno de 50%, sendo que no caso da RMR é ainda menor, o que comprova a baixa capacidade de retenção da população dessa região. Verificamos também que esses mercados de trabalho sofrem um intenso processo de informalização. E há dois aspectos básicos dessa informalidade:

A) Parcela da força de trabalho ingressa no mercado informal como estratégia de sobrevivência por não encontrar ocupação no mercado formal, tanto os que procuram emprego pela primeira vez quanto os que foram dispensados do setor formal;

B) Parte da força de trabalho que não aceita os baixos salários do setor formal passa para o setor informal explorando um pequeno negócio como autônomo por achar que nessa condição conseguirá obter melhores rendimentos.

É importante salientar que, apesar desses aspectos do mercado de trabalho do setor informal, este (o setor informal) articula-se com o setor formal da economia através de uma relação de complementariedade, ocupando os espaços vazios deixados por este e até mesmo numa relação de competitividade, especialmente nas atividades de comércio e serviços. Constata-se também nessas regiões metropolitanas o crescimento do subemprego, que é mais intenso nos ramos de prestação de serviços, comércio de mercadorias e indústria de construção, sendo que a RMF apresenta os maiores índices e os ramos prestação de serviços e comércio de mercadorias têm um significativo crescimento na participação do emprego. Essas alterações, combinadas com as políticas de reajustes de salários e as altas taxas de inflação na década de oitenta têm seus reflexos sobre a distribuição de renda e a incidência de pobreza nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, conforme analisaremos a seguir.

### 3 - Avaliação dos dados estatísticos

Os resultados apresentados nesta pesquisa têm como fonte de dados as PNAD-IBGE (Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios), tomo 2, que trazem os dados sobre mão-de-obra, famílias e domicílios para as regiões metropolitanas. As tabelas 13, 14 e 15 nos dão a distribuição de renda pessoal para as regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador, considerando-se o universo constituído pelas pessoas em idade ativa, ou seja, com 10 anos ou mais de idade, excluindo-se as pessoas sem rendimentos e as que não responderam a pesquisa. Esses resultados têm algumas limitações em função da forma como os dados foram apresentados nas tubulações da PNAD, pois não fornecem os rendimentos individuais e sim agrupados por faixas de salários mínimos, o que não permite conhecermos a distribuição dentro de cada faixa nem traçarmos uma linha de pobreza com maior

propriedade, bem como nos impossibilita apresentarmos uma distribuição de renda por percentuais constantes.

### 3.1. Metodologia

Nas tabelas de distribuição pessoal de renda tomou-se as mesmas faixas de salário mínimo apresentadas nas PNADs, transformando-se os valores absolutos das pessoas em idade ativa em percentuais, excluídas as pessoas "sem rendimentos" e as "sem declaração". Os percentuais da renda apropriada por cada faixa salarial foram determinados através dos respectivos rendimentos médios e números de pessoas, sendo que para 1983 os rendimentos médios de cada classe foram determinados supondo-se que não houve alteração na distribuição interna de cada classe de 1981 para 1983, isto é, utilizou-se a relação "rendimento médio da classe i/limite superior da classe i" de 1981 (exceto para a última classe, que se utilizou o limite inferior) para 1983 e o valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa de 83, porque a PNAD/83 não apresenta rendimento médio por classe salarial para a PIA, o que torna os resultados para 1983 truncados. Não apresentamos distribuição para 1982 porque os dados da PNAD para este ano não são comparáveis, pois no período de referência da pesquisa vigoraram dois valores diferentes para o salário mínimo e as tubulações apresentadas não consideraram esse fato.

As razões de concentração de GINI foram calculadas conforme metodologia expressa em COSTA(11), porém apresentamos apenas os valores referentes aos limites inferiores por impossibilidade de calcularmos os valores para os limites superiores porque as primeiras e últimas faixas salariais não apresentam valores definidos para seus limites inferiores e superiores, respectivamente. Isso nos leva a uma subestimação das razões de concentração de GINI para as regiões metropolitanas, pois não leva em conta a desigualdade dentro de cada classe salarial.

#### fórmula utilizada:

$$Ginf = 1 - E (V_i + V_i - 1) (U_i - U_i - 1)$$

onde:

$V_i$  = fração acumulado da renda na classe i;

$U_i$  = fração acumulada da população na classe i;

Ginf = Razão de concentração de GINI, limite inferior.

---

11. COSTA, Ramonaval A., Medidas de desigualdade de renda, Boletim Geográfico, 33(238), pág. 45-72, R. de Janeiro, jan./fev. de 1974.



A pobreza absoluta aqui definida consiste no nível de renda que não permite ao trabalhador satisfazer suas necessidades básicas com alimentação, habitação e vestuário, supondo-se que as necessidades com educação e saúde são satisfeitas através dos serviços públicos gratuitos. Não se compara portanto com a pobreza relativa, que consiste na comparação entre diferentes níveis de renda de uma mesma sociedade ou entre sociedades diferentes.

Para mensurar a pobreza absoluta nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza utilizamos como "**linha de pobreza**" o valor de um salário mínimo vigente à época das pesquisas, para a distribuição pessoal da renda (portanto não estamos levando em conta a variação do valor real do salário mínimo, que é significativa, conforme a tabela 5 à pág.30, o que torna a nossa linha de pobreza subestimada e pouco eficiente, dado que o salário mínimo real de 1981 é o maior dos períodos considerados), visto que só o valor da cesta básica para um trabalhador adulto em outubro de 83 equivalia a 87,85% do salário mínimo na RMS, segundo o DIEESE, ficando 12,15% do s.m. para o gasto mensal com moradia e vestuário, além das despesas com gás de cozinha, taxa de energia elétrica e transporte, o que com certeza não é suficiente. Para a distribuição familiar da renda tomamos como aproximação as informações por domicílios particulares, pois as PNADs não apresentam distribuição de renda por unidades familiares, mas sim por domicílios, sem levar em conta a presença de mais de uma família por domicílio. Como linha de pobreza definimos o valor de 2 salários mínimos pelos seguintes motivos:

- a densidade média dos domicílios nas referidas regiões metropolitanas é em torno de 4 pessoas por domicílio, segundo as PNAD's;
- considerando-se dois adultos e duas crianças, podemos aproximar o gasto mensal domiciliar com alimentação em três cestas básicas, o que corresponde aproximadamente a 1,9 salários mínimos, conforme média do gasto mensal médio dos anos 1983/90 para a RMS calculado pelo D.I.E.E.S.E.;
- embora a linha de pobreza domiciliar real possa estar além de 2 s.m., conforme indica cálculo do gasto domiciliar médio mensal com alimentação acima, as PNADs não possibilitam uma mensuração mais exata, pois suas tubulações trazem distribuição dos domicílios por faixas de salário mínimo e a que mais se aproxima à realidade é a de 2 s.m.. Isso faz com que tenhamos que definir uma linha de pobreza absoluta para a distribuição familiar de renda inferior à real, subestimando assim os níveis de pobreza absoluta familiar das regiões metropolitanas em análise. No entanto os resultados nos possibilitarão uma aproximação do quadro real, apesar de suas limitações.

### 3.2 - Análise dos resultados

A distribuição de renda nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza nos anos oitenta, conforme tabelas 13, 14 e 15 do anexo, apresentam flutuações nos graus de concentração que refletem os efeitos das políticas salariais praticadas no período, associadas aos níveis de inflação e também aos rebatimentos das crises da economia brasileira sobre as economias locais, especialmente sobre os mercados de trabalho.

No período 1981/83 temos um agravamento da concentração da renda pessoal nas regiões metropolitanas conforme demonstram as razões de concentração de Gini, o que coincide com a mudança da política salarial que em 1981 estabelecia reajustes semestrais com base em 110% do INPC para a faixa salarial até 3 s.m. e de 100% do INPC para os salários até 10 s.m. e inferior à inflação para os salários acima de 10 s.m., com "efeito cascata", e já em 1983 só garante a reposição integral, também semestral, para os salários até 3 s.m., tendo vigorado várias sistemáticas, com períodos inclusive em que não garantiam sequer a reposição da inflação para o limite até 3 s.m. (agosto/ outubro/83). E para a parcela dos salários superior a esse nível (3 s.m.) até 20 s.m. os reajustes variam de 80 a 50% do INPC, com "efeito cascata", e para a parcela superior a 20 s.m. estabelecia a livre negociação, o que na prática representava o congelamento, face à conjuntura recessiva do período. Além disso deve-se considerar que a inflação em 1983 quase duplicou em relação a 1981. No que se refere à estrutura dos mercados de trabalho daquelas regiões metropolitanas podemos ver através das tabelas 2, 3, 4 e 9 do anexo que o nível de subemprego (empregados sem carteira assinada pelo empregador) cresceu no período para as três regiões, bem como constata-se uma redução da participação relativa da indústria de transformação no emprego total em detrimento do crescimento da participação dos setores "prestação de serviços" e/ou "comércio de mercadorias". A relação entre essas alterações nos mercados de trabalho e os níveis de concentração da renda se dá pelos seguintes aspectos:

- O aumento da participação relativa dos empregados sem carteira assinada no total de empregados, em detrimento dos empregados com carteira assinada mostra a fragilidade de parcela de força de trabalho, tendo esta que sujeitar-se a relações precárias de assalariamento;

- A indústria de transformação, como setor mais dinâmico da economia, especialmente os ramos denominados "dinâmicos", têm uma maior relação de capital x trabalho e incorpora com maior velocidade o progresso técnico, o que possibilita uma melhor remuneração do fator trabalho (vide tabela 6). Com a redução de sua participação relativa no emprego total (tanto pelos efeitos da crise como pela maior intensidade em capital) reduz-se as possibilidades de uma melhor remuneração de uma maior parcela da força de trabalho pela simples redução da capacidade de absorção de mão-de-obra do setor industrial. A combinação desses fatores, juntamente com a seca que castiga a Região Nordeste, responsável pelo crescimento da PIA das regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador em 5.0, 6.9 e 7.6%, respectivamente no período (1981/83), através da intensificação do êxodo rural, têm

forte impacto sobre os níveis de concentração da renda, dado que esta aumenta os cinturões de miséria dessas R.Ms..

No ano seguinte, 1984, há uma redução dos graus de concentração da renda o que, a priori, não se justifica pela política salarial praticada no período e nem pelas alterações nos respectivos mercados de trabalho, visto que o nível de subemprego aumentou (exceto para a RMR), apesar dos sinais de recuperação da economia. No entanto, podemos perceber essa redução na concentração da renda como fruto do arrocho salarial imposto aos trabalhadores de salários médios, o que provocou um empobrecimento relativo desses estratos sociais. Devemos destacar ainda a inflação de 1984, que supera a do ano anterior em quase 50 pontos percentuais, bem como devemos considerar a própria característica das PNÁDs, que mensuram preponderantemente os rendimentos do trabalho, sendo os lucros a maior parcela da renda global e de difícil mensuração. Por isso nossa distribuição representa basicamente a distribuição dos rendimentos do trabalho que, conforme dados do DIEESE(12), caíram de 48,7% em 1983 para 46,7% da renda nacional em 1984.

Em 1985 a tendência concentradora volta a persistir, coincidindo com uma melhora da política salarial para os salários mais altos em relação aos anos anteriores, facultando inclusive a reposição integral das perdas, possibilitando assim o distanciamento desses salários dos salários mais baixos, devendo-se levar em conta ainda a melhor organização política desses trabalhadores para reivindicarem melhores salários. No entanto essa tendência concentradora reflui em 1986 com o advento do Plano Cruzado, que congela preços e salários e introduz a sistemática de reajustes dos salários toda vez que a inflação acumulada chega a 20%. Nesse período a economia têm um bom desempenho e a inflação acumulada no ano é a menor da década, não chegando a 100%. Por outro lado a nova sistemática de reajuste salarial possibilita a recuperação das perdas em períodos mais curtos, além de garantir uma recuperação do valor real do salário mínimo com relação aos anos anteriores. Com os problemas que se acumularam ao longo do período de vigência do Plano Cruzado, conforme já mencionamos em páginas anteriores deste trabalho, a inflação retoma seu crescimento, agora em ritmo mais acelerado, e a economia passa a retrair-se tornando cada vez mais difícil uma melhor colocação no mercado de trabalho para a maioria da mão-de-obra das Regiões Metropolitanas do Nordeste. Com isso recrudescer a concentração da renda nessas RM, acentuando-se em 1988, com o aprofundamento da crise econômica e a disparada da inflação, persistindo em 1989 para a RMR e tendo uma pequena retração para as demais regiões metropolitanas, em função do melhor desempenho da economia em 1989 com relação 1988. A piora na concentração de renda no período pós o Plano Cruzado se deve ao crescimento acelerado da inflação e às alterações na política salarial que até junho/87 garantia reajustes a cada vez que a inflação acumulada chegasse a 20%, passando então para os reajustes mensais, porém com base na inflação média mensal do

---

12. D.I.E.E.S.E., Pesquisa, op. cit., p. 6.

trimestre anterior que, face a um processo inflacionário em progressão geométrica, imprime forte arrocho sobre os salários, não garantindo ainda a recuperação do valor real na data base. A pequena melhora em 1989 para as RM de Salvador e Fortaleza pode ser atribuída à mudança na política salarial a partir de junho/89, quando passa a prever reajustes trimestrais com antecipações mensais de 100% do IPC para a parcela até 3 s.m. e 95% para a parcela acima de 3 até 20 s.m. e livre negociação para a parcela superior a 20 s.m.. No caso da RMR a pequena melhora na política salarial em 1989 não é suficiente para fazer refluir o processo de concentração da renda devido ao estágio de paralisia em que se encontra a economia dessa região metropolitana, como já descrito em páginas anteriores. Vale salientar também que, embora a tabela 8 mostre um índice de produto real para Pernambuco em 1989 superior ao ano anterior e mesmo um crescimento considerável para os setores indústria e serviços durante a década de 80, devemos levar em conta que ao tomarmos o desempenho das economias dos Estados como aproximação do desempenho das economias das Regiões Metropolitanas nossa análise infelizmente incorpora alguns vieses e no caso específico de Pernambuco estes são consideráveis devido à produção de açúcar e álcool do Estado estar fora da RM de Recife.

As razões de concentração de GINI calculadas para 1990 indicam uma melhora na distribuição da renda nas Regiões Metropolitanas do Nordeste, o que não é respaldado, a priori, pela política salarial vigente no período e muito menos por possíveis alterações qualitativas nos respectivos mercados de trabalho, visto que as medidas de política econômica adotadas pelo "Governo Collor" impuseram à economia brasileira uma forte recessão que até hoje não conseguimos superá-la. No entanto para compreendermos esse "mistério" devemos analisar os seguintes aspectos:

- até março/90 a política salarial foi a mesma desde junho/89, que garantia reposição mensal de 100% do IPC para a parcela até 3 s.m.; 95% para a parcela de 3 a 20 s.m. e livre negociação para a parcela acima de 20 s.m.. Nesse período (janeiro/89 a março/90) a inflação acumulada registra 9171,38%. No período abril a dezembro de 1990 em que não há política salarial definida, impondo-se a livre negociação, porém sendo "proibido" o repasse dos aumentos concedidas aos trabalhadores para os preços (na prática é o congelamento dos salários) a inflação acumulada atinge 381,13% (IPC-IBGE);

- a posse do "Governo Collor" (março/90) foi precedida de fortes medidas de política monetária, desde o confisco de ativos financeiros (caderneta de poupança e conta remunerada) ao aumento dos depósitos compulsórios dos bancos, com o objetivo de acabar com a inflação pela via da demanda. Essas medidas reduzem drasticamente as possibilidades de ganhos de capital da classe mais abastada no circuito financeiro, possibilidades estas bastante amplas em 1989 devido às altas taxas de juros praticadas pelo Governo Sarney para financiar o déficit público. Esse aspecto do "Plano Collor" talvez seja o mais relevante para explicar a redução do grau de concentração da renda nessas RM, considerando-se ainda o fato de que as PNADs captam apenas os fluxos de rendas auferidas pelas pessoas no período de

referência, projetando seus resultados estatisticamente, sem mensurar o quantum de riqueza de cada pessoa. E como nesse período os mais abastados que usavam o mercado financeiro como forma de remunerar seus capitais tiveram seus investimentos bloqueados, há fortes motivos para crermos que suas rendas estão subestimados, o que não é incomum.

Como podemos ver, no geral há uma redução do grau de concentração da renda nas regiões metropolitanas do Nordeste na década de oitenta. No entanto isso não significa que tenha havido uma melhora nas condições de vida de suas populações. Pelo contrário, na verdade houve uma significativa piora no nível de vida dessas pessoas, pois enquanto em 1981 as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador possuíam, respectivamente, 71,03%, 67,21% e 55,15% da "PIA com rendimentos" ganhando até 2 salários mínimos, em 1990 esses percentuais sobem para cerca de 75%, 72,0% e 63,0%, respectivamente(13). Na realidade a redução dos níveis de concentração da renda dessas RM se deve antes ao empobrecimento relativo da "classe média assalariada" (o que fica claro nas sistemáticas de reajustes de seus salários durante os anos oitenta, sempre abaixo da inflação) e não à uma melhor distribuição da renda global, pois devemos ainda levar em conta que as PNADs captam essencialmente os rendimentos do trabalho, ficando os lucros totalmente fora desses levantamentos. Conforme o DIEESE, a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional passa de 51,8% em 1981 para 38,0% em 1988(14). E em 1990 essa participação cai para 35%(15).

Passando à análise do quadro de pobreza nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza nos anos oitenta, podemos constatar, conforme tabelas 16 e 17, apesar das limitações de nossas linhas de pobreza, que a incidência de pobreza absoluta nessas R.Ms. se agravou consideravelmente, sendo a RMF a que apresenta o maior percentual de pessoas e domicílios abaixo da linha de pobreza, apesar da relativa melhora em 1986. Diante dos dados percebe-se que a qualidade de vida da maioria da população dessas regiões metropolitanas tem sofrido um processo intenso de deterioração, com o quadro social agravando-se a cada plano econômico mal sucedido, que não foram poucos. E acrescenta-se a isso a degradação dos serviços públicos de saúde e educação em consequência da drástica redução dos investimentos públicos nessas áreas, dificultando cada vez mais o acesso dos menos favorecidos a esses serviços. Esse empobrecimento está diretamente associado ao arrocho salarial praticado no período e às elevadas taxas de inflação, pois enquanto as medidas de ajustamento macroeconômico adotadas ao longo desses anos pelos diversos "economistas de plantão" trazem embutida a "tese do salário inflacionário", o "dragão-inflação" continua a crescer

---

13. obtidos por interpelação em 1990, considerando-se o valor real do salário mínimo.

14. D.I.E.E.S.E., Pesquisa, op. cit., p. 5-8.

15. CARLEIAL, Liana. A política salarial no Plano Collor, Economia em Debate, Revista de Conjuntura, nº02, ano I, 1º semestre de 1990, Conselho Regional de Economia, 8ª Região/Ceará.

vertiginosamente, provocando a redução da participação dos salários na renda global em favor dos lucros. E essa redução tem se dado tanto pelo empobrecimento absoluto dos mais pobres quanto pelo empobrecimento relativo da "classe média".

## CONCLUSÃO

Apesar das limitações dos dados com os quais trabalhamos, já mencionadas em páginas anteriores desta pesquisa, podemos perceber que, embora as razões de concentração de Gini calculadas na presente pesquisa apontem para uma queda da concentração da renda pessoal nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza nos anos 80, esta (a concentração) sofre flutuações ao longo do período acompanhando, no geral, os movimentos do desempenho da economia e das diversas sistemáticas de reajuste dos salários diante dos diferentes níveis de inflação. Podemos perceber que essas flutuações têm uma significativa correlação com os diferenciais de salários dos trabalhadores de baixa renda em contraposição aos de rendas mais elevadas, diferenciais estes determinados basicamente pelas diferentes formas de correção dos salários. Daí inferimos que a redução dos níveis de concentração se deve ao relativo empobrecimento da "classe média" e não a uma melhoria das condições de vida das populações das referidas regiões metropolitanas. Na verdade o que há é uma significativa piora das condições de vida das populações de baixa renda, o que é comprovado pelo aumento do número de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta, consequência tanto do arrocho salarial imposto aos trabalhadores durante os anos oitenta, face a uma inflação mensal sempre na casa dos dois dígitos, quanto pela estagnação da economia brasileira e seus consequentes rebatimentos sobre as economias locais, apesar das particularidades dessas economias e também agravados por situações específicas, como o estado de estagnação da RMR e a seca no Nordeste que provoca um inchamento desses centros urbanos, consequência do êxodo rural que leva a um aumento do subemprego com níveis de remuneração baixíssimos.

O que se conclui na presente pesquisa é que nos anos 80 cresceu substancialmente dificuldades de sobrevivência das populações dessas R.Ms. e aumentara ainda mais as disparidades sociais através da "socialização da miséria" para as camadas de rendas médias, isto é, há uma tendência à polarização das camadas sociais em ricos e pobres. A pirâmide de rendas tende a ficar com a base cada vez mais larga e com o cume cada vez mais afunilado.

Embora o objetivo central desta pesquisa não tenha sido o de estudar os mercados de trabalho das regiões metropolitanas em questão, mas sim a distribuição da renda pessoal e dos níveis de pobreza absoluta, percebe-se também que estes (os mercados de trabalho) sofreram um significativo processo de terciarização e de informalização (nos ramos de prestação de serviços e comércio de mercadorias), com um razoável aumento do subemprego, o que influenciara consideravelmente a distribuição da renda, visto que a remuneração nesses postos de trabalho são mais baixos, comparativamente com o setor industrial, principalmente naqueles ramos de indústrias denominados dinâmicos, conforme já explicitado em páginas anteriores.

Em síntese, há uma significativa piora nas condições de vida da maioria das pessoas dessas regiões metropolitanas no curso da década de 80, resultado da combinação das políticas salariais de arrocho e principalmente da escalada inflacionária que reinou no período.



ANEXOS ESTADISTICOS

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES INDUSTRIAIS E  
SERVIÇOS NO PIB A CUSTO DE FATORES - 1980 /90  
BAHIA, PERNAMBUCO E CEARA

ANOS	BAHIA		PERNAMBUCO		CEARA	
	INDUSTRIA (%)	SERVIÇOS (%)	INDUSTRIA (%)	SERVIÇOS (%)	INDUSTRIA (%)	SERVIÇOS (%)
1980	35,4	48,9	28,2	58,6	25,4	59,4
1981	31,4	50,8	27,3	60,3	24,9	62,3
1982	35,0	52,1	28,5	60,5	24,7	62,2
1983	36,9	48,1	28,2	61,2	28,1	64,1
1984	37,3	47,8	29,7	56,5	24,6	60,3
1985	31,5	50,3	29,5	58,3	25,0	61,6
1986	28,6	54,9	27,1	63,0	21,9	66,4
1987	30,3	55,3	30,7	58,8	28,1	61,5
1988	28,5	52,4	29,2	57,8	28,1	60,3
1989	25,9	50,6	28,2	55,6	29,3	60,3
1990 (1)	28,3	57,9	28,2	61,8	29,9	61,4

FONTE: SUDENE / DPG / PSE / GRUPO DE CONTOS NACIONAIS

(1) "DADOS PRELIMINARES"

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR  
RAMOS DE ATIVIDADE E TAXA DE OCUPAÇÃO  
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: 1981 - 90

RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL									
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
AGRICOLA	1.47	1.77	1.82	1.91	2.04	1.61	1.42	1.71	1.41	1.60
IND. TRANSP.	13.95	12.56	12.04	11.69	10.51	12.21	12.29	11.96	11.28	10.95
IND. CONST.	10.34	10.04	10.18	9.63	9.85	9.07	8.07	7.94	7.32	8.65
OUTRAS ATIV	3.24	3.41	2.68	2.48	2.91	2.81	2.39	2.51	2.80	1.98
COM. MERCAD.	14.25	14.98	14.90	14.39	14.24	15.32	15.97	14.91	16.04	16.40
PREST. SERV.	24.57	24.04	24.89	25.49	26.18	24.02	23.86	25.27	25.06	26.37
SERV. AUX.	4.17	3.85	3.75	4.02	4.11	3.88	4.78	5.36	6.26	5.46
TRANSP. COM.	5.33	5.25	5.59	5.45	4.76	5.12	5.88	5.95	5.13	4.84
SOCIAL	10.47	10.75	11.08	10.82	10.92	12.01	12.02	12.38	11.47	11.78
ADM. PÚBLICA	8.23	8.46	7.71	8.36	7.94	8.57	6.90	6.31	8.17	7.51
OUTRAS ATIV	3.95	4.16	4.65	5.75	6.55	4.66	5.80	5.70	5.04	4.46
TX. OCUPAÇÃO	47.68	50.15	47.56	49.94	51.81	50.71	50.37	53.17	53.69	51.85

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, DIVERSOS ANOS

$$\text{TAXA DE OCUPAÇÃO} = \frac{\text{POPULAÇÃO OCUPADA (PO)}}{\text{POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)}}$$

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS  
 POR RAMOS DE ATIVIDADE E TAXA DE OCUPAÇÃO  
 R. M. DE RECIFE: 1981 - 90

RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL									
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
AGRICOLA	4.79	5.12	6.03	5.32	4.78	4.04	4.20	3.84	3.24	2.33
IND. TRANSP.	15.08	13.86	13.52	13.97	13.43	14.85	14.45	14.20	15.48	13.75
IND. CONST.	9.09	8.51	7.86	7.71	6.88	7.44	6.74	6.57	7.05	6.58
OUTRAS ATIV	2.34	2.02	2.02	2.12	1.84	2.39	1.68	2.02	1.36	1.58
COM. MERCAD.	15.06	17.72	18.84	18.21	17.74	16.06	18.04	16.97	18.59	19.99
PREST. SERV.	22.92	24.06	23.05	22.09	24.34	24.16	23.78	24.27	24.19	25.08
SERV. AUX.	3.31	3.18	2.98	3.17	3.52	3.10	3.34	3.65	5.09	3.98
TRANSP. COM.	5.16	5.33	4.88	4.66	4.77	4.83	4.64	4.68	4.44	4.46
SOCIAL	10.00	9.47	9.58	10.46	10.35	11.30	10.65	11.28	9.62	11.23
ADM. PÚBLICA	6.75	6.78	6.72	6.85	6.18	7.14	8.24	7.37	7.05	7.32
OUTRAS ATIV	4.23	3.94	4.50	5.42	6.17	4.73	4.22	5.15	3.70	3.70
TX. OCUPAÇÃO	42.38	43.91	43.29	42.79	47.06	46.89	46.50	45.07	45.66	46.78

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, DIVERSOS ANOS

$$\text{TAXA DE OCUPAÇÃO} = \frac{\text{POPULAÇÃO OCUPADA (PO)}}{\text{POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)}}$$

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS  
 POR RAMOS DE ATIVIDADE E TAXA DE OCUPAÇÃO  
 R. M. DE FORTALEZA: 1981 - 90

RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL									
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
AGRICOLA	4.84	4.82	4.21	5.83	5.10	4.10	5.49	5.03	5.07	4.34
IND. TRANSP.	16.01	16.22	15.12	15.42	17.09	16.73	16.14	15.83	17.58	17.00
IND. CONST.	10.20	9.99	10.96	7.87	7.43	8.34	7.47	7.41	6.63	6.22
OUTRAS ATIV	1.78	1.88	1.61	1.52	1.69	1.26	1.74	1.31	1.27	1.03
COM. MERCAD.	16.19	15.42	15.85	17.16	15.93	16.24	14.95	16.89	17.05	18.17
PREST. SERV.	25.35	26.53	27.31	25.98	25.06	25.92	27.55	27.07	25.78	25.40
SERV. AUX.	2.98	3.09	2.44	3.28	3.48	3.72	3.77	3.84	3.80	4.26
TRANSP. COM.	4.24	3.98	3.93	3.70	3.99	3.72	3.75	3.42	3.94	3.96
SOCIAL	9.56	8.96	9.74	9.68	9.81	10.66	10.44	10.43	9.87	11.01
ADM. PÚBLICA	5.89	6.08	6.18	6.70	6.72	5.99	5.69	5.92	6.09	5.99
OUTRAS ATIV	2.87	3.02	2.65	2.86	3.71	3.31	2.90	2.85	2.48	2.62
TX. OCUPAÇÃO	47.50	49.57	48.33	50.24	51.74	53.10	53.51	53.68	49.80	50.10

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, DIVERSOS ANOS

$$\text{TAXA DE OCUPAÇÃO} = \frac{\text{POPULAÇÃO OCUPADA (PO)}}{\text{POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)}}$$

TABELA 5

COMPOSIÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
POR RAMOS DA IND. DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS: 1980-1985

RAMOS DA IND. TRANSF.	R.M. SALVADOR				R.M. RECIFE				R.M. FORTALEZA			
	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (%)		EMPREGO (%)		VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (%)		EMPREGO (%)		VALOR BRUTO PRODUÇÃO (%)		EMPREGO (%)	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
DINAMICOS	85.79	91.16	62.43	64.59	50.71	48.83	43.18	41.72	34.58	25.37	29.7	23.6
min. nao met.	7.94	1.41	10.60	7.12	5.52	4.05	7.62	7.27	3.54	1.95	6.25	3.48
metalurgica	7.42	10.67	10.41	11.16	14.62	8.03	8.40	6.45	12.25	6.28	9.04	6.52
mecanica	4.09	3.00	13.52	14.37	3.32	4.82	7.13	7.16	2.80	2.5	3.39	2.95
mat.eletrico	1.66	1.95	2.47	3.09	5.78	9.65	5.14	6.01	2.59	2.04	2.68	2.33
mat. transp.	.12	.11	1.02	1.16	1.18	1.43	2.40	2.38	1.42	3.56	1.68	2.53
borracha	.10	.08	.52	.53	0.38	.40	.72	.78	.58	.28	.42	.25
quimica	63.67	72.77	20.31	23.00	13.56	15.08	5.97	6.56	6.17	4.86	2.08	1.47
prod. farmac.	.02	.07	.72	.58	0.38	.25	1.42	1.11	1.02	.95	14.1	1.16
perfumaria	.27	.18	.65	.63	1.40	1.48	.72	.85	1.20	1.03	.52	.50
mat.plastica	.50	.92	2.21	2.95	4.57	3.64	3.66	3.18	2.51	1.92	2.47	2.36
TRADICIONAIS	13.07	8.59	33.62	33.75	48.79	50.50	55.57	55.93	64.87	74.2	69.2	75.1
madeira	.25	.04	1.42	.54	0.35	-	1.41	-	1.04	.35	1.68	.56
mobilierio	.34	.36	2.05	1.95	1.59	1.23	3.05	2.81	2.51	1.02	3.21	2.30
pap. papelao	.06	.25	.56	1.15	3.04	3.48	3.31	3.37	.47	.34	.64	.57
couros/peles	.04	.04	.11	.18	0.0003	-	.11	-	.54	.77	.74	.63
textil	3.48	2.56	5.23	4.72	14.24	10.02	15.84	10.21	14.94	16.7	12.7	10.6
vestuario	.37	.40	3.29	4.44	4.44	7.54	8.36	11.77	13.60	20.3	19.8	25.8
alimentos	6.47	3.50	12.28	12.35	18.48	22.469	16.51	20.78	27.40	30.4	25.0	28.2
bebidas	1.02	.78	3.74	3.15	2.85	2.98	2.66	2.39	2.60	2.36	2.11	1.87
fumo	.47	.18	.87	.96	1.76	1.77	1.12	1.42	.09	.04	.18	.28
grafica	.57	.48	4.07	4.31	2.04	1.02	3.20	3.18	1.68	2.02	3.14	4.37
DIVERSAS	1.14	.25	3.95	1.66	0.48	.47	1.25	1.39	.55	.39	1.45	1.34

FONTE: FIRGE - CENSOS ECONOMICOS DE 1985, VOL. 2. REGIAO NORDESTE

TABELA 6

REMUNERAÇÃO MÉDIA ANUAL POR TRABALHADOR, POR SETOR DE ATIVIDADE E RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS: 1980 - 85

SETORES	REMUNERAÇÃO * ANUAL (EM MIL CRUZEIROS DE 1980 **)								
	R. M. SALVADOR			R. M. RECIFE ***			R. M. FORTALEZA		
	1980	1985	VAR.	1980	1985	VAR.	1980	1985	VAR.
IND. TRANSF.	272.40	221.11	-18.8	144.25	114.81	-20.4	91.28	70.27	23.0
DINAMICAS	321.93	277.55	-13.8	166.21	144.05	-13.3	119.44	95.76	19.8
TRADICIONAIS	161.79	113.12	-30.00	123.89	90.44	-27.00	78.88	61.87	21.5
***IND. CONST	135.72	92.18	-	88.59	55.74	-	57.69	46.05	-
COM. MERCAD.	130.02	88.00	-32.3	117.67	77.62	-34.00	98.00	68.86	29.7
PREST. SERV.	142.04	97.60	-34.1	135.25	89.12	-34.1	106.26	76.68	27.8

FONTE: FIBGE - CENSOS ECONOMICOS DE 1985, REGIAO NORDESTE

\* A REMUNERAÇÃO MÉDIA ANUAL FOI OBTIDA DIVIDINDO-SE OS VALORES DAS COLUNAS "SALARIOS, RETIRADOS, E OUTRAS REMUNERAÇÕES" PELOS RESPECTIVOS TOTAIS DE PESSOAS OCUPADAS.

\*\* DEFLATOR: IGP - DI (=121.8667)

\*\*\* DADOS RELATIVOS AO ESTADO

TABELA 7

PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL DOS TRABALHADORES, POR  
RAMOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS R.M.: 1980 - 85

RAMOS DE ATIVIDADES	PRODUT. M. ANUAL POR TRABALHADOR (EM MIL CRUZEIROS 1980)					
	R M S		R M R		R M F	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
IND. TRANSF.	2.164,40	2.574,37	871,67	889,01	511,55	485,89
IND. CONSTR.	334,11	514,89	252,66	191,36	194,63	234,95
COM. MERCADO	4.273,53	2.439,94	4.800,23	2.413,19	4.311,38	2.113,8
PREST. SERV.	780,24	491,02	983,33	425,01	527,00	351,23

FONTE: FIBGE - CENSOS ECONÔMICOS DE 1985, REGIÃO NORDESTE

Definição de Produtividade:

$$\text{Ind. Transf.} = \frac{\text{Valor anual da transformação industrial}}{\text{Pessoal ocupado diretamente na produção em 31/12}}$$

$$\text{Ind. Constr.} = \frac{\text{Valor adicionado anual}}{\text{Pessoal ocupado diretamente em 31/12}}$$

$$\text{Com. Mercado} = \frac{\text{Valor das vendas no ano}}{\text{Pessoal ocupado diret. na comercialização em 31/12}}$$

$$\text{Prest. Serv.} = \frac{\text{Valor da receita anual}}{\text{Pessoal ocupado diretamente na prest.serv. em 31/12}}$$

\*\* Deflator: IGP - DI (=121.8667)



TABELA 8

INDICES E VARIACOES ANUAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO  
REAL SEGUNDO OS SETORES ECONOMICOS: 1980 - 90  
(ANO - BASE = 1980)  
CEARA, PERNAMBUCO E BAHIA

ANOS	C E A R A				P E R N A M B U C O			
	INDUSTRIA		SERVIÇOS		(2) INDUSTRIA		SERVIÇOS	
	INDICE	V. ANUAL	INDICE	V. ANUAL	INDICE	V. ANUAL	INDICE	V. ANUAL
1980	100.0	-	100.0	-	100.0	-	10.0	-
1981	98.2	- 1.8	102.1	2.1	89.8	- 10.2	99.4	- 0.6
1982	107.8	9.8	114.6	12.2	99.6	10.9	106.6	7.2
1983	132.2	22.6	114.2	- 0.3	90.3	- 9.3	102.8	3.6
1984	220.7	66.9	139.7	22.3	101.4	12.3	104.2	1.4
1985	181.2	- 17.9	144.6	3.5	106.6	5.1	115.2	10.5
1986	162.6	- 10.3	165.1	14.2	114.0	6.9	137.4	19.3
1987	162.8	0.1	161.4	- 2.2	123.8	8.6	137.9	0.4
1988	166.0	2.0	165.6	2.6	120.2	- 2.9	141.2	2.4
1989	175.2	5.5	187.8	13.4	127.0	5.6	149.0	5.5
1990 <sup>1</sup>	171.7	- 2.0	160.3	- 14.6	124.9	- 1.7	147.5	- 1

CONTINUAÇÃO

ANOS	B A H I A			
	INDUSTRIA		SERVIÇOS	
	INDICE	V. ANUAL	INDICE	V. ANUAL
1980	100.0	-	100.0	-
1981	81.8	18.2	102.3	2.3
1982	97.5	19.2	116.4	13.8
1983	103.1	5.7	123.3	5.9
1984	99.6	- 3.4	125.3	1.6
1985	98.0	- 1.6	142.7	13.9
1986	104.8	6.9	163.7	14.7
1987	105.3	0.5	174.0	6.3
1988	104.9	- 0.4	167.5	- 3.7
1989	108.0	3.0	173.2	3.4
1990 <sup>1</sup>	106.6	- 1.3	170.2	- 1.7

FONTE: SUDENE / DPG / PSE / GRUPO DE CONTAS NACIONAIS

(1) DADOS PRELIMINARES

(2) A UTILIZAÇÃO DO DESEMPENHO DA INDUSTRIA DE PERNAMBUCO COMO APROXIMAÇÃO PARA R.M.R. TEM UM VIES ADICIONAL QUE É A EXPRESSIVIDADE DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ALCOOL QUE SITUA-SE FORA DA R.M.R

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO  
NO TRABALHO PRINCIPAL POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS  
REGIÕES METROPOLITANAS: 1981 - 1990

ANOS	PERCENTUAIS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E REGIÃO METROPOLITANA									
	REGIÃO METROP. FORTALEZA					REGIÃO METROP. RECIFE				
	EMPREGADOS			CT. PRO- PRIA	EMPRE- GADOR	EMPREGADOS			CT. PRO- PRIA	EMPRE- GADOR
	TOTAL	C/C.A	S/C.A			TOTAL	C/C.A	S/C.A		
1981	72.10	43.62	28.48	25.82	2.07	77.74	51.36	26.38	19.62	2.64
1982	71.28	41.18	30.10	26.02	2.70	77.16	49.26	27.90	20.48	2.36
1983	71.67	38.70	31.97	26.84	2.49	74.34	45.83	28.51	23.26	2.40
1984	72.38	39.48	34.90	24.41	3.21	73.14	46.20	26.94	23.40	3.46
1985	74.05	39.85	34.20	23.20	2.75	71.24	45.62	25.62	26.20	2.56
1986	74.11	40.47	33.64	22.67	3.22	75.75	48.51	27.24	21.60	2.65
1987	72.52	39.39	33.13	24.31	3.17	74.49	47.12	27.37	23.07	2.44
1988	69.23	40.10	29.13	28.10	2.67	74.07	49.77	24.30	23.21	2.72
1989	71.70	41.15	30.55	24.85	3.45	76.35	49.67	26.68	20.15	3.50
1990	70.75	39.57	31.18	25.33	3.92	74.20	48.29	25.91	22.32	3.48

CONTINUAÇÃO

ANOS	REGIÃO METROP. SALVADOR				
	EMPREGADOS			CT. PRO- PRIA	EMPRE- GADOR
	TOTAL	C/C.A	S/C.A		
1981	77.96	57.20	20.94	20.2	1.80
1982	76.27	46.72	19.55	21.5	2.21
1983	77.79	56.60	21.19	20.2	2.00
1984	76.21	51.24	24.97	20.3	3.52
1985	75.73	43.64	22.09	21.7	2.55
1986	77.43	53.62	23.81	19.8	2.82
1987	75.11	43.74	21.37	21.7	3.24
1988	76.30	51.85	24.45	20.4	3.29
1989	75.63	71.72	23.91	20.0	4.38
1990	73.95	51.71	22.24	21.1	5.00

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, VARIOS ANOS

NOTA: - C/C.C = EMPREGADOS C/ CART. DE TRAB. ASSINADA PELO EMPREGADOR  
- S/C.A = EMPREGADOS S/ CART. DE TRAB. ASSINADA PELO EMPREGADOR

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS PELOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE SEGUNDO A RELAÇÃO CONTRATUAL - COM OU SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

- REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: 1981 / 90

RAMOS DE ATIVIDADE	PERCENTUAL DOS EMPREGADOS SEGUNDO A RELAÇÃO CONTRATUAL											
	1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA
IND. TRANSF.	79.5	20.5	79.6	20.4	79.2	20.8	70.6	29.4	73.9	26.1	74.4	25.6
IND. CONSTR.	63.3	36.7	57.2	42.8	39.1	60.9	46.5	53.5	48.1	51.9	47.0	53.0
COM. MERC.	76.1	23.9	74.7	25.3	74.3	25.7	70.7	29.3	64.6	35.4	68.8	31.2
PREST. SERV.	25.7	74.3	23.9	76.1	25.1	74.9	20.7	79.3	17.7	82.3	18.7	81.3

(CONTINUAÇÃO)

RAMOS DE ATIVIDADE	PERC. DOS EMP. SEGUNDO A RELAÇÃO CONT.							
	1987		1988		1989		1990	
	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA
IND. TRANSF.	77.5	22.5	80.2	19.8	79.5	20.5	75.9	24.1
IND. CONSTR.	51.8	48.2	52.4	47.6	57.1	42.9	45.6	54.4
COM. MERC.	70.3	29.7	70.5	29.5	68.0	32.0	66.4	33.6
PREST. SERV.	18.3	81.7	20.5	79.5	24.4	75.6	22.1	79.9

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, DIVERSOS ANOS

NOTA: C/CA = EMP. COM CART. DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

S/CA = EMP. SEM CART. DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS PELOS PRINCIPAIS  
RAMOS DE ATIVIDADE SEGUNDO A RELAÇÃO CONTRATUAL - COM  
OU SEMCARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR  
- REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE: 1981 / 90

RAMOS DE ATIVIDADE	PERCENTUAL DOS EMPREGADOS SEGUNDO A RELAÇÃO CONTRATUAL											
	1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA
IND.TRANSF.	87.1	12.9	85.4	14.6	84.7	15.3	85.0	15.0	82.9	17.1	81.9	18.1
IND.CONSTR.	74.7	25.3	64.1	35.9	57.1	42.9	57.2	42.8	60.6	39.4	57.1	42.9
COM.MERC.	70.7	29.3	69.4	30.6	70.8	29.2	65.3	34.7	69.3	30.7	68.4	31.6
PREST.SERV.	33.1	66.9	23.9	76.1	25.1	74.9	3.0	69.8	31.0	69.0	38.9	61.0

(CONTINUAÇÃO)

RAMOS DE ATIVIDADE	PERC. DOS EMP. SEGUNDO A RELAÇÃO CONT.							
	1987		1988		1989		1990	
	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA
IND.TRANSF.	83.1	19.6	82.7	17.3	84.7	15.3	81.5	18.5
IND.CONSTR.	53.6	46.4	61.2	38.8	58.9	41.1	58.9	41.1
COM.MERC.	65.5	34.5	69.1	30.9	69.3	30.7	70.2	29.8
PREST.SERV.	33.8	66.2	42.4	57.6	42.6	57.4	41.6	58.4

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, DIVERSOS ANOS

NOTA: C/CA = EMP. COM CART. DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

S/CA = EMP. SEM CART. DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS PELOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE SEGUNDO A RELAÇÃO CONTRATUAL - COM OU SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

- REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: 1981 / 90

RAMOS DE ATIVIDADE	PERCENTUAL DOS EMPREGADOS SEGUNDO A RELAÇÃO CONTRATUAL											
	1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA
IND.TRANSF.	92.3	7.7	92.1	7.9	92.8	8.2	89.7	10.3	90.8	9.2	91.8	8.2
IND.CONSTR.	82.2	17.8	78.1	21.9	77.6	22.4	67.8	32.2	74.2	25.8	72.7	27.3
COM.MERC.	80.0	20.0	86.7	13.3	82.4	17.6	80.4	19.6	81.3	18.7	75.8	24.2
PREST.SERV.	39.6	60.4	46.1	53.9	43.0	57.0	36.4	63.6	36.8	63.2	38.3	61.7

(CONTINUAÇÃO)

RAMOS DE ATIVIDADE	PERC. DOS EMP. SEGUNDO A RELAÇÃO CONT.							
	1987		1988		1989		1990	
	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA	C/CA	S/CA
IND.TRANSF.	90.1	9.9	86.5	13.5	85.6	14.4	89.6	10.4
IND.CONSTR.	74.0	26.0	67.1	32.9	69.1	30.9	75.2	24.8
COM.MERC.	81.6	18.4	76.9	23.1	78.6	21.4	76.9	23.1
PREST.SERV.	42.2	57.8	37.3	62.7	40.4	59.6	43.2	56.8

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, DIVERSOS ANOS

NOTA: C/CA = EMP. COM CART. DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

S/CA = EMP. SEM CART. DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR

TABELA 13

DISTRIBUICAO PESSOAL DA RENDA POR FAIXA DE S.M. E PERCENTUAIS DA POPULACAO EM IDADE ATIVA\*  
 REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE: 1981-90

PERCENTUAIS DA PIA COM RENDIMENTOS E DA RENDA POR FAIXA DE SALARIO MINIMO																				
FAIXA DE S. M.:	1981		1983		1984		1985		1986											
	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA										
	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.										
0!-1/2!	15.8!	15.8!	1.43!	1.43!	15.2!	15.18!	1.21!	1.21!	17.0!	17.0!	2.12!	2.12!	17.4!	17.4!	1.81!	1.81!	14.9!	14.92!	1.74!	1.74
1/2!-1!	22.9!	38.67!	4.62!	6.05!	23.5!	38.64!	4.19!	5.4!	21.5!	38.5!	6.49!	8.61!	22.3!	39.7!	6.27!	8.08!	22.8!	37.73!	6.67!	8.41
1!-2!	28.5!	67.21!	10.8!	16.8!	26.9!	65.54!	8.98!	14.4!	26.4!	65.0!	14.04!	22.7!	24.8!	64.5!	12.66!	20.7!	26.2!	63.94!	13.1!	21.5
2!-3!	13.8!	81.01!	9.00!	25.8!	12.6!	78.11!	7.24!	21.6!	12.8!	77.7!	11.52!	34.2!	11.5!	76.0!	9.74!	30.5!	12.0!	75.95!	10.1!	31.6
3!-5!	8.63!	89.64!	8.9!	34.7!	9.75!	87.86!	8.88!	30.5!	10.7!	88.4!	14.99!	49.2!	11.8!	87.8!	15.49!	46.0!	11.8!	87.77!	15.5!	47.1
5!-10!	5.84!	95.48!	10.7!	45.4!	7.22!	95!	11.6!	42.1!	7.00!	95.4!	18.03!	67.2!	7.14!	94.9!	17.12!	17.1!	6.84!	94.61!	16.4!	63.6
10!-20!	4.52!	100!	54.6!	100!	4.92!	100!	57.9!	100!	3.44!	98.5!	16.17!	83.4!	3.19!	98.1!	15.64!	15.6!	3.62!	98.23!	16.9!	81.4
> 20!	-!	-!	-!	-!	-!	-!	-!	-!	1.46!	100!	16.64!	100!	1.9!	100!	21.27!	21.3!	1.77!	100!	19.6!	100
6 inf.!	0.6917			0.7110			0.5737		0.5791		0.6164									
IPCA	97.10		172.70		210.10		262.80		72.80											

(CONTINUACAO)

PERCENTUAIS DA PIA COM RENDIMENTOS E DA RENDA POR FAIXA DE SALARIO MINIMO																		
FAIXA DE S. M.:	1987		1988		1989		1990											
	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA										
	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.										
0!-1/2!	16.2!	16.23!	1.65!	15.9!	15.93!	1.32!	1.32!	14.8!	14.8!	1.27!	1.27!	8.16!	8.16!	.77!	.77			
1/2!-1!	19.6!	35.86!	4.87!	6.52!	26.7!	38.62!	5.71!	7.03!	25.2!	40.0!	6.51!	7.78!	25.2!	33.3!	5.62!	6.39		
1!-2!	27.0!	62.81!	11.9!	18.5!	26.2!	64.84!	11.7!	18.7!	25.5!	65.5!	10.52!	18.3!	25.7!	59.0!	9.54!	15.9		
2!-3!	12.4!	75.21!	9.23!	27.7!	11.6!	76.45!	8.81!	27.5!	11.5!	77.0!	8.23!	26.5!	10.8!	69.8!	6.4!	22.8		
3!-5!	11.0!	86.20!	13.1!	40.8!	10.3!	86.71!	12.4!	39.9!	9.63!	86.6!	11.06!	37.6!	1304!	82.8!	12.85!	35.8		
5!-10!	7.59!	93.8!	16.3!	57.1!	6.84!	93.55!	14.5!	54.4!	6.67!	93.3!	13.84!	51.5!	9.26!	92.1!	16.83!	52.6		
10!-20!	3.93!	97.73!	16.4!	73.5!	4.06!	97.61!	17.7!	72.1!	3.83!	97.1!	15.42!	66.9!	4.85!	97.0!	17.48!	70.0		
> 20!	2.27!	100!	26.5!	100!	2.39!	100.00!	27.9!	100!	2.92!	100!	33.12!	100!	3.05!	100!	29.96!	100		
6 inf.!	0.6164		0.6316		0.6422		0.6129											
IPCA	411.6		1124.9		1929.7		1794.0	**										

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, VARIOS ANOS - PARA A RENDA  
 ANUARIO ESTADISTICO DO BRASIL/1990 - PARA O IPCA  
 \* INCLUI AS PESSOAS COM RENDIMENTO MAIOR QUE 10 SALARIOS MINIMOS  
 \*\* IPC-FIBGE

TABELA 14

DISTRIBUICAO PESSOAL DA RENDA POR FAIXA DE S.M. E PERCENTUAIS DA POPULACAO EM IDADE ATIVA \*  
REGIAO METROPOLITANA DO FORTALEZA: 1981-90

PERCENTUAIS DA PIA COM RENDIMENTOS E DA RENDA POR FAIXA DE SALARIO MINIMO																					
FAIXA:		1981				1983				1984				1985				1986			
DE :																					
S. M.:	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA			
:		NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.			
0!-1/2!	19.1!	19.11!	1.88!	1.88!	19.5!	19.47!	1.82!	1.82!	18.4!	18.4!	2.13!	2.13!	17.8!	17.8!	1.89!	1.89!	14.1!	14.06!	1.58!	1.58	
1/2!-1!	25.3!	44.39!	5.69!	7.57!	29.1!	45.54!	6.21!	8.03!	23.6!	42.0!	7.21!	9.34!	20.4!	38.2!	5.65!	7.54!	26.1!	40.16!	6.93!	8.51	
1 !- 2!	26.6!	71.03!	10.9!	18.5!	23.2!	71.78!	9.05!	17.1!	25.5!	67.6!	13.1!	22.4!	29.1!	67.4!	13.55!	21.1!	24.6!	64.8!	11.0!	19.5	
2 !- 3!	10.2!	81.23!	7.47!	26.0!	10.9!	82.63!	7.54!	24.6!	11.0!	78.6!	9.73!	32.2!	9.66!	77.0!	7.96!	29.1!	9.22!	74.02!	6.95!	26.4	
3 !- 5!	8.8!	90.03!	10.1!	36.1!	6.45!	89.08!	7.03!	31.7!	9.6!	8.14!	13.27!	45.4!	10.3!	87.3!	13.58!	42.6!	11.0!	85.06!	13.0!	39.5	
5!- 10!	6.03!	96.06!	12.6!	48.7!	6.45!	95.52!	12.8!	44.5!	6.72!	94.8!	17.25!	62.7!	7.5!	94.6!	17.43!	60.1!	8.54!	93.63!	18.2!	57.7	
10!-20!	3.94!	100!	51.2!	100!	4.47!	100!	55.5!	100!	3.43!	98.3!	17.68!	80.4!	3.6!	98.2!	17.36!	77.4!	4.38!	98.01!	18.7!	76.4	
> 20!	- !	- !	- !	- !	- !	- !	- !	- !	1.74!	100!	19.63!	100!	1.8!	100!	22.58!	100!	1.99!	100!	23.6!	100	
6 inf.!	0.6932				0.7142				0.6004				0.6146				0.6103				
IPCA :	100.00				179.00				220.00				253.30				76.10				

(CONTINUACAO)

PERCENTUAIS DA PIA COM RENDIMENTOS E DA RENDA POR FAIXA DE SALARIO MINIMO																					
FAIXA :		1987				1988				1989				1990							
DE :																					
S. M.:	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA			
:		NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMU.			
0!-1/2!	18.8!	18.80!	1.87!	1.87!	19.5!	19.49!	1.65!	1.65!	15.9!	15.9!	1.52!	1.52!	10.7!	10.7!	1.08!	1.08					
1/2!-1!	22.1!	70.93!	6.02!	7.9!	23.0!	42.48!	6.01!	7.74!	23.3!	39.2!	6.1!	7.62!	28.0!	38.7!	6.87!	7.95					
1 !- 2!	25.7!	66.65!	11.7!	19.6!	27.2!	69.65!	12.3!	20.0!	26.9!	66.0!	11.14!	18.8!	25.2!	63.9!	10.33!	18.3					
2 !- 3!	9.96!	76.64!	7.9!	27.5!	9.9!	79.55!	7.95!	28.0!	11.0!	77.0!	8.05!	26.8!	9.87!	73.8!	6.91!	7.95					
3 !- 5!	9.55!	86.16!	12.5!	40.0!	7.6!	87.15!	9.63!	34.6!	10.1!	87.1!	12.03!	38.8!	10.8!	84.6!	11.81!	37.0					
5!- 10!	7.50!	93.66!	17.3!	57.2!	6.69!	93.84!	15.0!	52.6!	6.2!	93.3!	13.24!	52.1!	7.99!	92.6!	16.22!	63.2					
10!-20!	3.95!	97.64!	17.9!	75.1!	3.82!	94.86!	17.4!	70.0!	3.96!	97.3!	16.61!	68.7!	4.7!	97.3!	18.68!	71.9					
> 20!	2.39!	100!	24.9!	100!	2.34!	100.00!	30.0!	100!	2.72!	100!	31.31!	100!	2.68!	100!	28.4!	100					
6 inf.!	0.6258				0.6555				0.6388				0.6201								
IPCA :	361.80				1120.60				1815.10				1794.00		**	**					

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, VARIOS ANOS - PARA A RENDA  
ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL/1990 - PARA O IPCA  
\* INCLUI AS PESSOAS COM RENDIMENTO MAIOR QUE 10 SALARIOS MINIMOS  
\*\* IPC-FIBGE

TABELA 15

DISTRIBUICAO PESSOAL DA RENDA POR FAIXA DE S.M. E PERCENTUAIS DA POPULACAO EM IDADE ATIVA \*  
 REGIAO METROPOLITANA DO SALVADOR: 1981 - 90

PERCENTUAIS DA PIA COM RENDIMENTOS E DA RENDA POR FAIXA DE SALARIO MINIMO																					
FAIXA DE S. M.		1981				1983				1984				1985				1986			
		% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA		
		NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.		
0!-1/2!	12.8!	12.84!	.78!	.78!	9.52!	9.52!	.49!	.49!	13.3!	13.3!	1.00!	1.00!	12.4!	12.4!	.95!	.95!	9.6!	9.60!	.86!	.86	
1/2!-1!	17.3!	30.15!	2.45!	3.23!	20.0!	29.52!	2.41!	2.9!	18.3!	31.6!	3.95!	4.95!	18.1!	30.5!	3.79!	4.74!	22.1!	31.68!	4.64!	5.5	
1!-2!	25!	55.15!	6.67!	9.9!	23.6!	53.10!	5.35!	8.25!	21.8!	53.4!	8.08!	13.0!	22.4!	52.9!	8.24!	13.0!	21.2!	52.83!	7.42!	12.9	
2!-3!	14.4!	69.38!	6.42!	16.5!	15.8!	68.93!	5.95!	14.2!	13.6!	67.0!	8.6!	21.6!	3.92!	66.9!	8.69!	21.7!	12.3!	65.12!	7.24!	20.2	
3!-5!	12.9!	82.43!	9.34!	25.8!	11.4!	80.37!	7.07!	21.3!	13.5!	80.5!	13.43!	35.1!	13.6!	80.4!	13.31!	35.0!	14.0!	79.12!	13.1!	33.2	
5!-10!	10.1!	92.55!	13.2!	39.0!	10.9!	91.31!	12.1!	33.4!	10.7!	91.1!	19.48!	54.5!	11.1!	91.5!	19.66!	54.6!	12.1!	91.17!	20.6!	53.8	
10!-20!	7.45!	100!	61.0!	100!	8.69!	100!	66.6!	100!	6.1!	97.2!	22.01!	76.6!	5.74!	97.2!	20.57!	75.2!	5.76!	96.93!	19.2!	72.9	
> 20!	- !	- !	- !	- !	- !	- !	- !	- !	2.84!	100!	23.45!	100!	2.80!	100!	24.79!	100!	3.07!	100!	27.1!	100	
G inf.!	0.6974				0.7147				0.6003				0.6011					0.5999			
IPCA !	95.50				163.60				227.70				262.70					91.30			

(CONTINUACAO)

PERCENTUAIS DA PIA COM RENDIMENTOS E DA RENDA POR FAIXA DE SALARIO MINIMO																			
FAIXA DE S. M.		1987				1988				1989				1990					
		% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA	% PIA C/R	% DA RENDA
		NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.	NA CL:ACUMUL.	NA CL:ACUMU.
0!-1/2!	9.15!	9.15!	.64!	.64!	14.4!	14.38!	.73!	.73!	12.1!	12.1!	.67!	.67!	9.43!	9.43!	.56!	.56			
1/2!-1!	14.7!	23.84!	2.58!	3.22!	19.0!	33.35!	3.5!	4.23!	19.7!	31.8!	3.6!	4.27!	19.4!	28.9!	3.26!	3.82			
1!-2!	25.0!	48.4!	7.53!	10.8!	22.7!	56.04!	7.26!	11.5!	22.0!	53.8!	6.48!	10.8!	21.2!	50.0!	5.82!	9.64			
2!-3!	14.8!	63.64!	7.84!	18.6!	11.9!	67.89!	6.48!	48.0!	12.5!	66.4!	6.24!	17.0!	10.6!	60.6!	4.94!	14.6			
3!-5!	14.0!	77.61!	12.0!	30.6!	11.6!	79.48!	10.3!	28.2!	11.3!	77.7!	8.98!	26.0!	14.2!	74.8!	10.65!	25.2			
5!-10!	11.9!	89.49!	18.4!	49.1!	9.99!	89.47!	15.6!	43.9!	10.5!	88.2!	1.44!	41.4!	13.3!	88.1!	18.01!	43.2			
10!-20!	6.76!	96.25!	20.6!	69.6!	6.63!	96.1!	20.9!	64.7!	7.04!	95.3!	19.82!	61.2!	7.03!	95.1!	18.92!	62.2			
> 20!	3.75!	100!	30.4!	100!	3.90!	100.00!	35.3!	100!	4.75!	100!	38.78!	100!	4.9!	100!	37.84!	100			
G inf.!	0.6081				0.6572				0.6532				0.6360						
IPCA !	343.30				1222.20				2156.00				1794.00	**					

FONTE: FIBGE - PNAD, TOMO 2, VARIOS ANOS - PARA A RENDA  
 ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL/1990 - PARA O IPCA  
 \* INCLUI AS PESSOAS COM RENDIMENTO MAIOR QUE 10 SALARIOS MINIMOS  
 \*\* IPC-FIBGE



TABELA 16

PERCENTUAL DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA E ECONOMICAMENTE  
ATIVAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA, POR REGIAO METROPOLITANA  
1981-90

PERCENTUAL DAS PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA								
REGIAO	P.I.A.(10 anos ou mais de idade)				POP. ECONOMICAMENTE ATIVA			
METROPOLITANA:	1981:	1983:	1986:	1990 :	1981:	1983:	1986:	1990
FORTALEZA	69.2:	73.8:	64.7:	73.8 :	46.0:	56.1:	41.0:	56.5
RECIFE	68.5:	71.6:	65.7:	71.4 :	40.2:	47.6:	37.6:	49.8
SALVADOR	61.0:	64.2:	61.2:	65.5 :	33.9:	38.2:	33.6:	46.0

FONTE: FIRGE-PNAD TOMO 2. DIVERSOS ANOS  
INCLUSIVE AS PESSOAS SEM RENDIMENTOS

TABELA 17

PERCENTUAL DOS DOMICILIOS PARTICULARES ABAIXO DA LINHA  
DE POBREZA, POR REGIAO METROPOLITANA: 1981-89

% DOS DOM. ABAIXO DA LINHA DE POBREZA, SEGUNDO ANOS SELECIONADOS									
REGIAO	P.I.A. (10 anos ou mais de idade):								
METROPOLITANA:	1981	1983	1986:	1989 :	1981	1983	1986:	1989	1989
FORTALEZA	37.3	48.6	31.2	47.4	31.2				47.4
RECIFE	37.8	45.9	34.2	45.6					45.6
SALVADOR	25.6	33.3	25.0	34.8	25.6				34.8

FONTE: FIRGE-PNAD, TOMO 2. DIVERSOS ANOS  
INCLUSIVE OS DOMICILIOS SEM RENDIMENTOS

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. BACHA, Edmar L., Política econômica e distribuição de renda, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
2. -----, Hierarquia e remuneração gerencial, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C.(org.), A controversia sobre distribuição de renda e desenvolvimento, Zahar, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1978.
3. BONELLI, R. & SEDLACEK, G. L., A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988, in: CAMARGO, J.M. & GIAMBIAGI, F.(org.), op. cit.
4. CACCIAMALI, Maria C., As economias informal e submersas: conceitos e distribuição de renda, in: CAMARGO, J.M. & GIAMBIAGI, F.(org.), op. cit.
5. -----, Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro, FEA/IPE-USP, São Paulo, 1989, mimeo.
4. CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da., Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização - um ensaio preliminar, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C.(org.), op. cit.
6. COSTA, Ramonaval A., Considerações metodológicas sobre as medidas de desigualdade, **Revista Brasileira de Geografia**, 39(2), abr./jun., 1977, p. 99-134.
7. -----, Medidas de desigualdade de renda, **Boletim Geografico**, 33(238), Rio de Janeiro, jan./fev., 1974, p. 45-72.
8. D.I.E.E.S.E., Pesquisa - Necessidade de uma política salarial no Brasil, edição especial, São Paulo, agosto, 1991.
9. DUARTE, R., Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80, **Revista Econômica do Nordeste**, BNB/ETENE, vol.20, no.04, Fortaleza, out./dez., 1989.
10. FERREIRA, Assuero., Mudanças estruturais no perfil industrial do Nordeste, **Revista Econômica do Nordeste**, BNB/ETENE, vol.16, no.03, Fortaleza, out./dez., 1989.
11. F.I.B.G.E., Pesquisa nacional por amostra de domicílios, tomo 2, diversos anos.
12. -----, Censos econômicos de 1985, Região Nordeste, municípios, vol. 3.
13. FISHLOW, A., A distribuição de renda no Brasil, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C.(org.), op. cit.
14. GUIMARÃES, Leonardo., Centro do Recife: atores, conflitos e gestão", Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1992, p. 84/125.
15. HOFFMANN, R., Tendência da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C.(org.), op. cit.

16. LANGONI, C. G., Distribuição de renda e desenvolvimento econômico, Expressão e Cultura, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1978.
17. MARANHÃO, Syda.(coord.), Rotatividade da mão-de-obra na região metropolitana do Recife, SEDENE, serie população e emprego, no.21, Recife, 1987.
18. MOREIRA, Raimundo., O Nordeste brasileiros: uma politica regional de industrialização, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
19. OLIVEIRA, Francisco de., A economia brasileira: critica à razão dualista, editora Vozes, 5a. edição, Petropolis/RJ, 1987.
20. ROMÃO, Mauricio C., Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil, in: CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F.(org.), op. cit.
21. SABOIA, João., Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros, in: CAMARGO, J.M. & GIAMBIAGI, F.(org.), op. cit.
22. SINGER, Paul., Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil, in: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C.(org.), op. cit.
23. SOUZA, Aldemir do V., Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil, tese de mestrado em Economia e Sociologia da UFPE, SUDENE, serie população e emprego, No. 23, Centro de Estudos e Pesquisas Josue de Castro, Recife, 1988.
24. KUZNETS, Simon., Teoria do crescimento econômico moderno: taxa, estrutura e difusão, Zahar, Rio de Janeiro, 1974, cap. 4.

